



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - MEDIDAS PREVENTIVAS DIANTE DE CATÁSTROFES CLIMÁTICAS		
EVENTO: Seminário	Nº: 1865/11	DATA: 11/11/2011
INÍCIO: 09h25min	TÉRMINO: 12h57min	DURAÇÃO: 03h32min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h32min	PÁGINAS: 52	QUARTOS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOÃO BOSCO DE ALMEIDA – Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos do Estado de Pernambuco, representando o Governador Eduardo Campos.

ANTÔNIO CARLOS MENDONÇA – Representante da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia.

RICARDO MENA – Chefe do escritório das Américas da Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas para compor a nossa Mesa.

GORO YASUDA – Diretor de Cooperação Internacional e Engenharia para Infraestrutura do Ministério da Terra, Infraestrutura e Transporte do Japão.

JEREMY COLLYMORE – Diretor-Executivo da Agência Caribenha de Gerenciamento de Desastres.

ANDREW SOBEY – Coordenador de Operações e Administração da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura — FAO.

MILTON RONDÓ FILHO – Ministro responsável, no Ministério das Relações Exteriores, pelo Programa Internacional de Combate à Fome.

SUMÁRIO: Seminário sobre o tema *Melhorando a Capacidade de resposta por meio de criação de unidade de resposta a emergências: Centro de Gestão de Crises.*

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Há falhas na gravação.

Houve exposição em inglês e espanhol com tradução simultânea.

Houve exposição em inglês.

Houve exposição de vídeo.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Bom dia aos companheiros e companheiras presentes ao nosso seminário.

Vou lembrar, porque há colegas novos que chegaram só ontem à noite e vão participar deste último dia, que aqui estamos, o Deputado Glauber, que é o Relator da nossa Comissão Especial de Medidas Preventivas de Políticas Públicas de Combate à Catástrofes, e eu, que presido a Comissão.

Antes de chamar os nossos convidados, quero lembrar que serão feitas traduções simultâneas, porque hoje teremos palestrantes que vieram do exterior. No canal 2 do aparelho de tradução que vocês estão recebendo será feita a tradução do inglês para o português. E no canal 7, quando for feita a mudança de palestrantes, vocês vão ouvir a tradução do espanhol para o português.

No canal 7, quando alguém estiver falando em espanhol vai haver a tradução para o português e, no canal 2, quando alguém estiver falando em inglês, a tradução para o português.

Quero lembrar os colegas, tanto eu como o Deputado Glauber, o seguinte: esta Comissão da Casa foi criada no terceiro mês deste ano. O Deputado Glauber vai fazer uma saudação também e fazer uma fala nesse sentido. E a preocupação da Câmara Federal, que, pela primeira vez, cria uma Comissão como esta para discutir um tema que o Parlamento brasileiro sequer vinha discutindo acerca da defesa civil, da proteção civil para os brasileiros — sempre um tema muito recorrente nos Executivos Federal, Estadual e Municipal, mas não no Parlamento brasileiro...

E o Congresso Nacional criou esta Comissão a partir de vários pedidos, inclusive por requerimento do Deputado Glauber, até em razão dos últimos acontecimentos no Brasil. E o que moveu a Comissão, naquele momento, foram precisamente os acontecimentos na região serrana do Rio de Janeiro.

Esta Comissão já circulou por vários Estados desde os problemas que envolveram os tornados em Santa Catarina, as enchentes em Pernambuco e no Rio de Janeiro e os problemas do semiárido brasileiro. Nós rodamos um pouco o Brasil colhendo subsídios para poder entender o que poderia estar acontecendo ou quais as condições de trabalho da defesa civil no Brasil.

E, nesse processo, chegamos à conclusão de que o Brasil precisa de uma legislação sobre defesa civil. Fomos amadurecendo a ideia de que precisávamos de



um código de proteção civil para o Brasil, que foi exatamente essa parte que o Deputado Glauber trabalhou.

Poderíamos, como na maioria das Comissões ou na maioria das Casas Legislativas, ter terminado o nosso trabalho, feito um relatório, aprovado na Comissão e o apresentado à Casa, mas decidimos chamar um seminário para colocar nas mãos de vocês, que estão lá na ponta da sociedade, a nossa proposta de código de proteção civil.

A ideia é fazer com que esse documento chegue o máximo possível à sociedade organizada que lida, no dia a dia, as catástrofes para que as pessoas, tanto dos governos, como do terceiro setor, as organizações não governamentais, possam ler, acompanhar, fazer suas críticas, sugestões e apresentá-las ao Congresso.

A nossa ideia é apresentar a proposta de uma consulta pública também pela Internet. E a ideia do nosso Relator, Deputado Glauber, é de que, pelo menos até a primeira semana de dezembro, depois de colher as opiniões, as sugestões, possamos colocá-las à apreciação da Câmara, aqui na nossa Comissão, para que o resultado da nossa aprovação na Comissão e o documento que vamos entregar ao Presidente da Câmara — e a ideia é entregar na companhia de vários segmentos da sociedade e de vários Estados — seja uma proposta não apenas fruto de um grupo de Deputados Federais, mas de um debate na sociedade brasileira.

Então, que a nossa proposta a ser votada no plenário também seja fruto de um debate de contribuições de quem lida, no dia a dia, com essa questão, com essa problemática.

Eu vou chamar aqui os nossos convidados, depois vou passar a palavra ao nosso Relator para que faça uma saudação aos convidados e uma saudação aos participantes do nosso seminário. Aos poucos, nós vamos registrando a presença das pessoas no seminário.

Quero explicar aos colegas do Brasil que vão falar, que são o representante do Ministério de Ciência e Tecnologia e o representante do Governador Eduardo Campos, que nós vamos chamá-los à medida que os outros forem falando, porque vão usar a tribuna, e nós não temos espaço na mesa para todos os nossos convidados.



Convidamos o Dr. Ricardo Mena, chefe do escritório das Américas da Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas para compor a nossa Mesa. (*Palmas.*)

Chamamos o representante do Japão, Dr. Goro Yasuda, Diretor de Cooperação Internacional e Engenharia para Infraestrutura do Ministério da Terra, Infraestrutura e Transporte. (*Palmas.*)

Convidamos também o Sr. Jeremy, Diretor Executivo da Agência Caribenha de Gerenciamento de Desastres. (*Palmas.*)

Convidamos para uma participação especial no nosso seminário — “Melhorando a Capacidade de resposta por meio de criação de unidade de resposta a emergências: Centro de Gestão de Crises” — o Sr. Andrew, Coordenador de Operações e Administração da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura — FAO. (*Palmas.*)

Lembramos que este seminário está sendo transmitido ao vivo pela TV Câmara e, durante a semana, vão ser retransmitidos o primeiro e o segundo dia do seminário.

Passamos a palavra ao Relator para fazer uma saudação. Depois, chamamos os nossos convidados. A ideia é chamar primeiro os convidados do Brasil para que as organizações internacionais possam até ter mais ideia sobre o debate que nós estamos fazendo. Depois, então, passamos para os organismos internacionais.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidenta, convidados, senhoras e senhores, eu vou ser bem objetivo. Quero agradecer a cada uma das representações a presença. Hoje vamos ter oportunidade de agradecer também ao Presidente da Comissão de Defesa Civil da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Kennedy Nunes, a presença.

Hoje vamos ter a oportunidade vivenciar experiências internacionais e brasileiras de reconstrução, mas principalmente de experiências que dizem respeito ao aprofundamento de uma política de prevenção. É exatamente o que estamos buscando fazer, a partir do momento em que esta Casa está estudando o marco legal através do estatuto de proteção civil e de redução de risco de desastres.

Ao mesmo tempo em que fazemos o agradecimento, lembramos a todos os convidados — aproveito a audiência do Brasil — que estamos recebendo



contribuição, durante todo o mês de novembro, para que, na primeira semana, na primeira sessão de dezembro da Comissão possamos votar o relatório que foi disponibilizado.

Já recebemos, Presidenta, inúmeras sugestões durante o dia de ontem. Esperamos também receber, durante o seminário do dia de hoje, um número ainda maior de sugestões, que vão poder ser respondidas e avaliadas durante todo o mês de novembro.

Agradecemos aos nossos convidados e a cada uma das senhoras e dos senhores a presença, uma vez que já vêm contribuindo com esse marco legal na política de proteção civil de redução de risco de desastres e de prevenção para o Brasil. Esse é o nosso objetivo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada.

Iniciando, chamamos para ocupar a tribuna o Dr. João Bosco de Almeida, Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos do Estado de Pernambuco, que está aqui representando o Governador Eduardo Campos, que seria um dos nossos palestrantes de hoje.

Vamos combinar, inicialmente, 15 minutos para cada apresentação, se houver necessidade poderemos chegar a mais 5 minutos. Como há hoje muito mais pessoas para falar, temos de conceder menos tempo, mas se houver necessidade de um pouco mais, vamos ceder.

O SR. JOÃO BOSCO DE ALMEIDA - Muito bom dia a todos. Cumprimento a Presidenta da Comissão, Deputada Perpétua, o Relator, Deputado Glauber Braga, todos os convidados internacionais que aqui participam deste evento, desde já parabenizando a Comissão pela iniciativa. Esse é um tema que, de fato, está na ordem do dia no mundo inteiro. Recentemente, Pernambuco sediou um congresso de engenharia civil, cujo tema foi exatamente esse, a prevenção de desastres e ocorrências naturais.

(Segue-se exibição de imagens.)

No primeiro *slide*, temos o registro do último século com 150 ocorrências que foram registradas como desastres naturais no Brasil. E um fato importante é que 84% dessas ocorrências se deram nos últimos 30, 40 anos, a partir de 1970, o que



mostra que nós caminhamos para uma frequência de ocorrências dessa natureza muito maior do que no passado.

E, curiosamente, à medida que a frequência dessas ocorrências aumenta, aumenta também a concentração urbana da população. Foi quando revertemos o quadro da população urbana, superando a população rural.

Oitenta por cento dessas ocorrências estão associadas a fenômenos atmosféricos, principalmente inundações. Vejam que o índice de inundações supera, e muito, todas as demais causas como seca, vulcão, tempestade e outros.

Outro fato curioso também é que o agreste pernambucano, e o sertão pernambucano, que é uma região muito árida, também têm sido vítimas de enchentes também. Em 2009, há pouco tempo, tivemos uma cheia muito severa na região do agreste, que atingiu uma população não muito grande porque a densidade populacional da região é pequena. Esses desastres têm ocorrido por causas naturais, mas também por ações do homem: ocupação de margens dos rios, desmatamento de encostas e tantas outras ações que nós praticamos e que têm contribuído para esses desastres. O caso de Pernambuco, que já foi citado aqui, se deu na Zona da Mata Sul, nesses rios que nós apresentamos aí.

Esses são os rios da Mata Sul de Pernambuco – o Rio Una, o Rio Panelas, o Rio Pirangi e o Sirinhaém. Esses rios são de pequena extensão, mas nessa pequena extensão de trezentos e poucos quilômetros esses rios saem de uma altitude de 600 metros e vão para o nível do mar. Então, quando nós temos chuvas muito intensas nessa bacia, a velocidade com que essas águas descem para o litoral é muito alta. É muito difícil prevenir as pessoas e avisá-las que precisam sair de lá.

Aí embaixo nós vemos o Rio Mundaú, que causou muito estrago no Estado de Alagoas, bastante atingido nessa enchente de 2010.

Aqui vemos uma imagem da cidade de Palmares. Vejam que ela foi construída... a população habitou totalmente a margem esquerda do rio, que faz uma curva muito acentuada. Esse tipo de configuração do rio é muito perigosa porque, quando vem a enchente, a tendência do rio é passar direto em vez de fazer essa curva. E observem que, nesse próximo *slide*, foi exatamente o que aconteceu em 2010 quando nós tivemos a cheia no Rio Una.



O próximo *slide* mostra ainda maior a inundação que terminamos verificando nessa cidade.

Então, vejam que a solução que poderíamos adotar aí é praticamente retirar 50% da cidade desse local, se quiséssemos resolver a questão para o futuro. Mas antes da solução o que se fez foi reconstruir casas para 17 mil famílias. Vejam que aí é um investimento já da ordem de 770 milhões de reais só para moradia. Aqui vemos uma fotografia de um conjunto praticamente construído.

E a outra solução, que é preventiva, foi construir um conjunto de barragens que venham conter essas cheias. O estudo hidrológico indicou que precisávamos reter nessa bacia cerca de 600 milhões de m³ numa determinada cheia. O que fizemos foi desenvolver um projeto que considerasse essa retenção e provocasse o mínimo de desapropriação e de inundação das terras da região.

Inicialmente, tínhamos uma única barragem, próxima à cidade de Palmares, mas ela inundava diversas vilas e engenhos, porque essa é uma região de cana-de-açúcar. O que fizemos depois foi dividir essa grande barragem em 4 barragens no Rio Una e mais uma barragem em Barra de Guabiraba, no Rio Serinhaém. Esse trabalho vai demandar investimentos da ordem de 600 milhões de reais.

Esses dados mostram o peso e o custo para se desenvolver ações preventivas. Mesmo assim, ele é inferior ao custo de uma única intervenção depois da cheia, a construção das casas. Então, só as habitações que nós tivemos de reconstruir custaram 700 milhões, e teríamos de construir outras a cada cheia. Para todo um conjunto de obras de prevenção, vamos ter um custo da ordem de 600 milhões de reais.

Um fato importante, e, neste ponto, a Comissão está de parabéns, é que, também em Pernambuco, a questão institucional, o modelo de gestão e como organizar a sociedade para conviver com isso praticamente estava fora do Legislativo. A legislação de Pernambuco, até 1997, tratava apenas de conservação e proteção de águas subterrâneas, somente em 2005, portanto 8 anos depois, é que surge o marco legal da gestão de recursos hídricos e a discussão do Sistema Integrado de Gerenciamento.

E, novamente, somente 5 anos depois o Governador Eduardo Campos cria a Agência Pernambucana de Água e Clima, que se destina a fazer a gestão e o



monitoramento dos recursos hídricos, o monitoramento do clima, a orientação na prevenção de desastres. Mas é uma coisa que vem surgir somente em 2010, e Pernambuco é um Estado que viveu muitas histórias, principalmente a região metropolitana, de grandes desastres.

O Rio Capibaribe provocou inundações muito severas na cidade de Recife, a maior delas em 1975. E o sistema de proteção da região metropolitana, que também é um conjunto de barragens que vou mostrar logo mais, só veio a ser construído 10 anos depois da ocorrência. Aqui estamos falando de uma tragédia ocorrida em 2010, e, no dia de hoje, duas dessas barragens já estão em construção, e a terceira dessas barragens, a maior dela, vamos abrir a licitação segunda-feira próxima.

Então, em 2010, o Governo aprovou, na Assembleia Legislativa, um conjunto de medidas, de leis que tratam da Política Estadual de Combate à Desertificação, Política Estadual de Mudanças Climáticas, Política Estadual de Resíduos Sólidos, Política Estadual de Gerenciamento Costeiro; cria a Secretaria do Meio Ambiente; cria a Secretaria de Ciência e Tecnologia, e está em debate, em Pernambuco, com a coordenação da APAC, a política de gestão de riscos e prevenção de desastres, exatamente o tema de que trata esta Comissão.

Isso está vinculado à nossa Secretaria, a SRH, que tem dois braços. Um é a Agência Pernambucana de Água e Clima, que executa a política de recursos hídricos; outro é a COMPESA, que cuida do abastecimento. O modelo de atuação que temos — estou falando rápido por conta do tempo — é um espelho do modelo federal: uma agência estadual, a exemplo da ANA, com os comitês de bacia, gestão de usuários e assim por diante.

Nós trabalhamos sincronizados com a área de meio ambiente, com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que cuida da definição das políticas — esse Conselho reúne representantes de toda a sociedade, da academia, da Defesa Civil e muitos outros —, a Secretaria; a APAC, os entes colegiados, que são os comitês. A finalidade da nossa agência é executar a política, realizar o monitoramento hidrometeorológico e previsão de tempo e clima e atuar na prevenção e mitigação e adaptação aos efeitos de eventos extremos decorrentes das mudanças.



Cada capítulo de atuação da nossa agência é articulado com uma entidade federal: com a ANA, na parte da política; com o INPE e o INMET, no monitoramento, e com o Conselho de Defesa Civil.

O objetivo é a redução da ocupação de área de risco — isso é muito importante; ampliar a infraestrutura para o controle de cheias; sistema de prevenção e alerta, o que nós vamos mostrar um pouco mais; e o fortalecimento do sistema de defesa civil. Esses são os pontos que fazem a mitigação e a adequação diante de desastres.

O que fizemos, em Pernambuco, logo depois da ocorrência da cheia, foi montar um sistema de alerta integrado com um sala de situação. Aqui temos uma pequena foto. Investimos não muito dinheiro: 1 milhão de reais para estruturar essa sala; depois, investimos mais 6 milhões de reais para distribuirmos pontos de coleta de dados, *software* de gestão — os PCDs, pontos onde buscamos as informações, é o que é um pouco mais caro, 3 milhões de reais —, montando uma rede de aquisição de dados para o gerenciamento.

Nessa imagem vemos o exemplo de uma balsa que fica nas barragens, onde podemos coletar dados da qualidade da água e do nível dessas barragens. Aí nós estamos investindo cerca de 3,6 milhões de reais.

Vemos aqui a imagem de um evento, em que estamos inaugurando essa sala, que é montada com computadores e com sistemas de captação de dados e de informações.

Uma outra questão importante, Deputado, e eu quero chamar a atenção dos senhores para este ponto: nós contratamos, logo depois da cheia, um sistema de mapeamento a *laser*, com ortofoto digital. Esse é um aviôzinho que sai com umas câmeras e consegue fazer o levantamento topográfico plano e altimétrico da bacia hidrográfica. A vantagem desse sistema é não só a sua precisão, mas a velocidade com que nós conseguimos fazer isso. Para os senhores terem uma ideia, nós fizemos 1.300 quilômetros de levantamento plano e altimétrico dessa bacia em 60 dias. Imaginem fazer isso, o levantamento plano e altimétrico da bacia, com um teodolito, com uma estação total. E, sem isso, nós não conseguimos fazer a previsão.



Essa imagem dá uma ideia da qualidade da foto que nós temos com o serviço de ortoimagem. Vejam que embaixo é uma fotografia e em cima é o resultado desse levantamento, com precisão altimétrica de 50 centímetros.

Quanto tempo tenho, Deputada?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Na verdade, seus 15 minutos já se passaram. Vou conceder-lhe mais 3 minutos.

O SR. JOÃO BOSCO DE ALMEIDA - Então, vou tentar concluir, embora eu tenha bem mais informações a transmitir.

Eu gostaria de mostrar o próximo eslaide. Eu acho que essa é uma questão que cabe nesta Comissão. Nós temos no Brasil um conjunto muito grande de órgãos e entidades que fazem o monitoramento do clima, e o monitoramento é uma coisa fundamental, porque dá o aviso do problema. Onde não há estrutura de proteção, como essas barragens que nós estamos construindo, o aviso é fundamental.

Nós estamos discutindo com o Ministério da Integração a implantação de um sistema de radar meteorológico para todo o Nordeste. Já temos alguns, mas é preciso implantar mais um radar no Estado de Pernambuco.

Chamo a atenção para o fato de que há várias entidades no Brasil que fazem captação de imagem, têm informações, e precisa haver uma coordenação, na nossa visão, mais integrada, porque só o *hardware*, só os equipamentos não resolvem. Operar um sistema de radar meteorológico não é uma coisa simples, requer pessoas muito especializadas.

A segunda parte da minha exposição era sobre a experiência de operação de um sistema de prevenção na Metropolitana, onde atuamos, na última cheia, com bastante sucesso. Sem ele, a cidade de Recife teria tido um grande desastre.

Portanto, quero só agradecer. Desculpe-me por exceder o tempo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Sr. João Bosco.

Gostaríamos de chamar o Sr. Antônio Carlos Mendonça, representante da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, que vai apresentar para nós um diagnóstico das áreas de risco.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDONÇA - Bom dia a todos. Quero agradecer, em nome do Dr. Carlos Nobre, o convite para fazer esta apresentação sobre o



diagnóstico das áreas de risco. Quero cumprimentar todos os presentes, todas as autoridades presentes, especialmente a Presidente da Comissão, Deputada Perpétua Almeida, e o Relator da Comissão, Deputado Glauber Braga.

(Segue-se exibição de *imagens*.)

O nosso trabalho é mostrar um pouco os desastres naturais, os eventos extremos e seus impactos, do Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais e também do gerenciamento de risco.

Para falar um pouco sobre os desastres naturais, é importante entender que, como o Secretário do Estado de Pernambuco comentou, eles vêm aumentando com o tempo, o que tem sido observado por vários fatores, principalmente pela exposição das pessoas aos desastres, pelas mudanças de uso da terra e também pelas mudanças climáticas. Nós temos observado a ocorrência de chuvas intensas, que têm aumentado com o tempo.

Essas duas figuras mostram o número de desastres naturais que têm ocorrido no mundo, de 1930 a 2006. Podemos observar que, nas últimas décadas, esse número tem aumentado significativamente. No quadro da direita, pode-se observar que a perda, também em bilhões de dólares, tem aumentado significativamente, especialmente de 1990 a 1999.

A próxima transparência mostra a distribuição dos desastres naturais nos continentes. Na América, como podemos observar, e o Secretário já havia comentado, os eventos mais recorrentes e mais frequentes são as inundações e as tempestades.

Essa figura também mostra que, a partir da década de 50, as inundações e os ventos, ou seja, os desastres relacionados a tempestades e à água, aumentaram significativamente. Nós podemos observar que, de 1995 a 2006, houve um aumento significativo na quantidade de inundações e de ventos extremos no mundo inteiro — essa é uma estatística global.

Essa é uma distribuição, nos continentes, da quantidade de inundações que têm ocorrido nas últimas décadas. Essa vai de 1950 a 2000. Como podemos observar, até o ano 2000, o número de inundações aumentou significativamente.



Essa figura mostra que a fração do território dos Estados Unidos afetada por precipitação aumentou significativamente também, nas últimas décadas. Pode-se notar, por essa linha verde, os picos de ocorrência em regiões afetadas.

Aqui temos duas figuras mostrando a distribuição de danos regionais por desastres naturais nesse período de 1970 a 2008. Há também uma estatística para os continentes. Nos continentes menos desenvolvidos, os impactos dos desastres naturais são maiores. Como podemos observar, a região da África, que é essa barra bem à esquerda, e a América Latina, que está com um L embaixo, são as que mais sofrem com os desastres naturais.

No Brasil, o número de fatalidades por desastres naturais, no período de 2008 a 2011, está em torno de 2,5 pessoas mortas por desastre natural.

Na figura da direita, temos o número de pessoas afetadas por fatalidades. Nesse caso, mais uma vez, podemos ver que, em média, as regiões menos desenvolvidas são mais afetadas pelos desastres naturais.

Essa figura mostra o impacto econômico-social dos desastres. Mais uma vez, em relação ao PIB, os desastres naturais impactam mais significativamente as regiões com menor desenvolvimento econômico e social. Essa é a distribuição dos danos regionais em relação ao percentual do PIB.

Essa figura mostra alguns casos de eventos extremos, que não são muito usuais na América do Sul, no período de 2007 a 2011, e podemos observar que praticamente todas as regiões da América do Sul sofreram algum tipo de evento extremo.

Essa figura mostra a distribuição dos desastres naturais no Brasil. Como já havia comentado o Secretário do Estado de Pernambuco, os desastres no Brasil são mais relacionados à hidrometeorologia, mas o mais frequente é a inundação, seguida da seca.

Nesse gráfico da esquerda, podemos ver que mais de 58% está relacionado a inundações, desastres naturais no Brasil. Outra informação importante nessa questão é que, embora não seja o mais recorrente, os deslizamentos, que respondem por cerca de 11% dos desastres naturais que ocorrem no Brasil, são os que mais matam pessoas no País.



Na figura da direita, nós temos um gráfico que mostra a regionalização dos desastres. A Região Sudeste responde por cerca de 40% dos desastres que ocorrem no Brasil, seguida pela Região Nordeste, com 32%.

Essa figura mostra mais vez uma que o histórico, os registros de desastres naturais no Brasil vêm aumentando. A barrinha verde indica o tipo de desastre mais frequente, que no caso são as inundações.

Em relação aos deslizamentos, embora não tenha mostrado que está aumentando com o tempo, o que nós temos observado é que o número de pessoas afetadas e o número de pessoas mortas têm aumentado.

Essa figura mostra de novo a regionalização dos desastres. Em cada região, um tipo de desastre é mais frequente, mais comum. Na Região Sul, os ventos e inundações são recorrentes, a estiagem também é importante. A Região Sudeste está relacionada principalmente a inundações e deslizamentos e também a queimadas. Na Região Nordeste, secas, deslizamentos e inundações são os principais desastres. Nas Regiões Norte e Centro-Oeste, queimadas, inundações e erosões são os principais tipos de desastres que ocorrem.

Essa figura mostra o levantamento da distribuição dos desastres no território como um todo.

Essa figura mostra a estatística relacionada ao período de 2007 a 2010. Podemos observar, olhando rapidamente, quais são as regiões que têm maior recorrência de desastres.

Essa é a mesma estatística, com o mesmo período, mostrando quais são as regiões em que tem ocorrido mais problema em relação a inundações e alagamentos. Nós podemos observar que a Região Sul, a Região Sudeste e principalmente o leste da Região Nordeste são as que mais têm sofrido com essas questões. As cores aqui no caso estão relacionadas aos anos em que ocorreram esses eventos. Com essa figura, já temos uma noção de quais são as regiões que mais sofrem com alagamentos e inundações.

Essa figura mostra a distribuição dos afetados por deslizamentos. O Rio de Janeiro tem sido o Estado que mais tem sofrido com essa questão. Nós temos observado, como eu comentei, que o número de afetados por deslizamentos e alagamentos tem aumentado significativamente no período de 2007 a 2010,



passando de 1,5 milhões para cerca de 10 milhões de pessoas afetadas nesse período.

Essa é uma figura realizada pelo pessoal do Ministério do Planejamento mostrando que a quantidade de recursos empregada para reconstrução, nesse período de 2004 a 2010, tem aumentado significativamente. O aumento da frequência e intensidade dos desastres tem refletido em quanto o próprio Governo vai ter que investir na reconstrução desses locais afetados pelos desastres. Nós chegamos a 2010 com mais de 3 bilhões de reais aplicados em reconstrução devido a desastres naturais.

Nessa transparência nós vemos algumas medidas importantes e necessárias para a prevenção de inundações, alagamentos e deslizamentos. Algumas sugestões: induzir a ocupação ordenada de espaços urbanos, zelando principalmente pelo tipo de uso que se dará às áreas de risco; promover a intervenção estrutural nas áreas de risco, visando proteção e segurança às populações; planejar as bacias hidrográficas de forma integrada e implementar um sistema de alerta de risco e desastre para aquelas regiões onde não for possível a remoção das pessoas, ou que seja necessária, na verdade, a convivência com o risco.

Essa é mais uma parte do Sistema Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais que está sendo desenhado no âmbito do Governo Federal. Cabe ao Ministério da Ciência e Tecnologia a implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais. Eu vou passar rapidamente aqui pela questão do centro e qual o seu papel.

O sistema como um todo tem a meta ambiciosa de reduzir em 50% o número de mortes em 4 anos de pessoas afetadas por desastres naturais e em 80% em 8 anos. E também reduzir o impacto dos extremos climáticos sobre a agricultura familiar de subsistência.

A ideia desse sistema, no caso, é trabalhar com modelagem tanto climática atmosférica quanto geotécnica para que nós possamos fazer modelos de previsão e de risco e gerar os alertas antecipadamente para podermos avisar às populações.

Em relação ao modelo adotado para o sistema proposto inclusive pela ONU, trabalha-se com essas 4 caixinhas. Na primeira, o conhecimento dos riscos. Na



segunda caixinha, Sistema de Monitoramento e Alerta, que é o papel do Ministério da Ciência e Tecnologia. Terceira, difusão e comunicação; quarta, capacidade de resposta. Esse sistema está sendo montado. Em 2011, nós já teremos o centro funcionando precariamente para alguns Municípios. A partir de 2012, esse trabalho começa a ser estendido para todo o País.

Já acabou o tempo?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Já. Eu vou lhe dar mais 3 minutos.

Essa figura mostra a interação do Centro de Desastres Naturais em que o MCT está trabalhando, a interação com o Centro de Gerenciamento de Riscos da Integração Nacional — o quadro vermelho na parte de cima da figura —, e todo o trabalho de articulação que teremos de fazer com os institutos nacionais, estaduais e municipais para o monitoramento dos riscos.

Com essa transparência, eu posso terminar minha apresentação, mostrando que o objetivo principal do centro é elaborar alertas de desastres naturais de relevância para a proteção civil e dispor da capacidade científica e tecnológica de continuamente aperfeiçoar os alertas para o território nacional.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Agradeço ao representante do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Com a palavra o Sr. Ricardo Mena, Chefe do Escritório das Américas da Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas.

O SR. RICARDO MENA (*Exposição em espanhol. Tradução simultânea.*) - (*Falha na gravação.*) no Brasil, principalmente nos Municípios das terras do Rio. O Deputado Glauber nos contou ontem uma história muito comovente sobre a sua experiência com desastres no início do ano, em Friburgo, e em várias outras cidades da serra do Rio. Várias outras cidades do Brasil, nos últimos anos, também foram afetadas por situações de desastre.

O problema que temos é que, em princípio, a América Latina é o continente com a maior quantidade da população vivendo em cidades. Essa é uma tendência que vem aumentando. Segundo as Nações Unidas, no ano de 2050, 89% da



população estará morando em cidades. Isso tem aspectos positivos, mas também tem aspectos negativos.

Em princípio, alguns dos aspectos negativos é que, quando existe maior acúmulo de pessoas, de investimentos e de infraestrutura em um espaço geográfico pequeno, a probabilidade de danos, de prejuízos e o impacto podem ser muito maiores.

Por exemplo, a população nas cidades propensas a chuvas tropicais, tempestades, quase foi triplicada nos últimos 30 anos. Devo dizer que esses dados não estão incluídos nas estatísticas do que foi afetado em Florianópolis, que, por curiosidade, apesar de estar totalmente fora da rota usual dos furacões, já foi afetada em umas duas vezes por eventos que podem ser classificados como furacões.

Por outro lado, percebemos que cada vez mais há cidades afetadas por desastres e com perdas econômicas cada vez maiores. Isso, naturalmente, está vinculado com esse aumento em investimento, população e infraestrutura. Em boa medida, isso é devido a que os modelos de desenvolvimento que temos hoje, que são relativamente fracassados, foram sendo construídos em grande nível de vulnerabilidade, porque não consideramos o risco dos processos de planejamento nem o uso do solo, o que nos levou a, hoje, estarmos na situação que estamos.

Infelizmente, apesar de que podemos mudar esses modelos de desenvolvimento, questioná-los e fazer com que possam ser mais sensíveis ao risco, a vulnerabilidade que construímos já está aí e é muito difícil diminuí-la, porque é muito caro, uma vez que isso já tenha sido feito. Então, essa problemática sobre a qual estamos falando está relacionada à alta densidade populacional, ao alto risco ambiental, por contar com políticas que não consideram a proteção de sistemas ecológicos frágeis e do meio ambiente, o qual, de alguma maneira, aumenta as ameaças naturais e as ocorrências desses desastres.

Também sabemos — aliás isso é muito conhecido do Brasil, assim como de muitas grandes cidades não apenas da América Latina, mas também do mundo — que existe um acúmulo de moradias informais em áreas perigosas. E isso é uma razão lógica da oferta e demanda. Os terrenos ou os espaços para construções mais



baratas são aqueles que estão localizados em áreas mais perigosas. Não temos dúvidas quanto a isso.

Naturalmente as populações que vivem situações de marginalidade e pobreza não têm opção, porque os Governos, os Prefeitos, as autoridades não estão oferecendo alternativas no que diz respeito a terra suficientemente segura.

Por outro lado, como já disse, o ordenamento territorial que aplicamos não foi sensível ao risco e contribuiu para essa geração de vulnerabilidade. Também não podemos afirmar que as normas, os códigos, os padrões de construção foram aplicados de maneira rigorosa. Em alguns casos não são aplicados de maneira rigorosa e consistente. Em outros, são códigos não sensíveis às ameaças naturais.

Gostaria também de dizer — aqui há vários representantes do Japão — que talvez o Japão seja o país que, em excelência, avançou muito em termos de códigos de construção. Mas vejam que a cada vez que acontece um novo terremoto no Japão faz-se uma revisão dos códigos de construção. E agora, quando visitamos algumas cidades japonesas, pudemos perceber, com muita precisão, quais são os edifícios que estão construídos com código sismo resistente, que não sofrem danos, e os que foram construídos com códigos antigos, que podem sofrer maiores prejuízos que os prédios atuais.

Gostaria de referir-me também ao problema de pouco acesso a terras em lugares seguros. Por outro lado, existe outro elemento muito importante: o grande número de arrendamento de terras. Esse é um grande problema das moradias.

Existe outro estudo muito interessante que determina que exatamente quando uma pessoa consegue ter a sua propriedade devidamente com escritura, tudo direitinho, é quando mais existe um investimento para melhorar as condições dessa moradia. Ou seja, quando temos uma situação precária ou alugamos não nos preocupamos muito nem com a qualidade, nem com a manutenção da vivenda, o que contribui para esse problema.

Na fase de reconstrução existe uma série de problemas que devem ser enfrentados. Eu gostaria de mencionar alguns deles. Existe, em primeiro lugar, uma grande urgência com que se requer os serviços. Uma vez que esses serviços sejam finalizados — a prestação de assistência humanitária na fase imediatamente depois do desastre natural, quando essa fase está chegando ao final —, começamos a nos



questionar sobre como resolver o problema. Mas isso acontece no momento em que existe ainda uma grande pressão para o reabastecimento dos serviços de base, tais como água potável, saneamento, energia elétrica, telecomunicação, etc.

Em geral, existem grandes interesses porque, quando acontece um desastre, ficam em evidência as principais vulnerabilidades da cidade. Naturalmente existem diferentes posicionamentos, tanto do lado político como do setorial, diferentes grupos, inclusive organizações comunitárias que gostariam que o futuro da cidade fosse de uma maneira ou de outra. Essas decisões têm muitas implicações econômicas e podem afetar o custo dos bens, dependendo da direção dada ao desenvolvimento da cidade. Então, são decisões complexas que podem ter custos políticos.

Existe também uma multiplicidade de atores, conforme já disse aos senhores. Eu gostaria de fazer referência ao caso do terremoto no Haiti, no ano passado. Lamentavelmente um alto número de pessoas que faleceram no terremoto no Haiti, entre elas funcionários-chave do Governo, tinham conhecimento da história institucional. Essa perda constituiu verdadeiro desafio para a reestruturação e reorganização das atividades normais e cotidianas.

Naturalmente, esse contexto exige a necessidade de tomar decisões muito rápidas, porque a população está momentaneamente em albergues temporários, esperando que a situação melhore. Existe também muita visibilidade internacional em cada situação de desastre. A imprensa se encarrega de ressaltar os aspectos negativos e não tanto os positivos. Isso também contribui para exercer um grande nível de pressão.

Existe, ao mesmo tempo, a necessidade de manter alguns níveis de eficiência, de transparência e prestação de contas, porque naturalmente todas as instituições e as tomadas de decisão estão sujeitas à fiscalização das suas atividades e isso é um tema que preocupa e deve ser de muito interesse.

Fundamentalmente, um problema muito crítico é que não se conta com suficiente informação para apoiar o processo de tomada de decisão. Por quê? Porque na fase preparatória não contamos com suficiente ênfase na necessidade de que exista informação nem com dados tanto sobre a população, como sobre a estrutura existente, como sobre os sistemas disponíveis, que permitem contar com



essa informação no momento em que tomar as decisões. Isso é absolutamente crítico.

Nesse marco caótico estamos descrevendo algumas lições que aprendemos. Eu gostaria de fazer alguma referência às ideias desse material que estou apresentando aos senhores agora. Surgiram de uma instituição que faz parte das Nações Unidas, que é a Plataforma Internacional para Recuperação (International Recovery Platform). Vou falar sobre isso mais na frente.

Lições.

Devemos utilizar a crise como uma oportunidade, principalmente com relação à construção de residências para o futuro. Temos de evitar os mesmos erros cometidos nos modelos de desenvolvimento do passado. Isso, naturalmente, é muito apoiado pela consciência adquirida pelos tomadores de decisão e pelos políticos imediatamente depois de uma situação de desastre. Não é estranho que, nos países da região, justamente depois de uma situação de desastre, sejam feitas revisões nas normas e nos marcos jurídicos que regem cada um desses sistemas dos países. Então, nós temos de aproveitar esse momento de sensibilidade especial dos tomadores de decisão.

Por outro lado, é muito importante que sejam utilizadas tecnologias que possam apoiar as condições e o contexto local. Muitas vezes, cometemos o grave erro de utilizar tecnologias que vêm de fora, porque, às vezes, não estão de acordo com a realidade e com o contexto da situação local. Isso, naturalmente, gera uma transformação, uma desfiguração, da situação da comunidade e gera uma série de problemas.

Por outro lado, é muito importante que, nesses momentos da reconstrução, se preste muita atenção na reconstrução de ativos, que é uma maneira de geração de fontes de renda e emprego. A maneira mais rápida que podem ser reativados esses ativos econômicos é a mais rápida velocidade com que vamos começar a recuperar a economia da comunidade.

Outro aspecto importante. Devem ser utilizados esses momentos como uma oportunidade para proteger os mais vulneráveis. Isso representa, naturalmente, o potencial para melhorar as condições prévias. Quando falamos de recuperação e reconstrução, não falamos de recuperar a situação como estava antes do evento,



principalmente em comunidades marginais. O que queremos é oferecer um futuro mais promissor, um futuro mais resiliente. Temos de aproveitar esse momento para podermos enfocar e proteger os mais vulneráveis, dar-lhes melhor oportunidade. Geralmente, temos necessidade de encontrar um balanço entre as soluções rápidas para a relocalização e o desenvolvimento eficaz de medidas de subsistência.

Bem, vou tentar ser um pouco mais rápido, porque não temos muito tempo. Gostaria de dizer que temos, nos processos de recuperação e reconstrução, de evitar reconstruir a vulnerabilidade e gerar impactos ambientais, mas temos de utilizar esse conceito que em inglês se chama *build back better*, construamos de novo, porém, melhor. Esse é um conceito que, como lição aprendida, aparece como um tema importante.

Naturalmente, os benefícios da recuperação planejada são muito importantes. Nesse sentido, principalmente nós que estamos acostumados com as respostas aos desastres e preparativos para as respostas, sempre nos perguntamos se estamos trabalhando a partir das respostas. E isso significa uma série de atividades de planejamento, exercícios de simulação, várias atividades prévias ao fato. E temos de pensar também em preparativos para a recuperação e a reconstrução, porque são aspectos que precisam de uma preparação prévia. Se tivéssemos a informação, se conhecêssemos de antemão quais são as áreas da cidade suscetíveis para o novo desenvolvimento, ou seja, se conhecêssemos todos os detalhes que se apresentam como questões a serem resolvidas no momento da reconstrução, poderíamos avançar muito tempo e trabalhar com muito maior eficiência.

Então, nós nos questionamos sobre a necessidade de que exista também a capacidade tanto no que diz respeito ao pessoal como à capacidade institucional para planejarmos a reconstrução por meio da utilização de cenários prováveis de situações de desastre, que, graças ao conhecimento e aos avanços da ciência, hoje é muito fácil poder contar com essa informação.

Por exemplo, se sabemos que, no Brasil, existem muitas zonas afetadas recorrentemente por inundações, podemos então brincar com alguns cenários prováveis de impacto por inundação e planejar de antemão como vamos questionar a reconstrução das zonas que serão potencialmente afetadas.



Isso, agora que existe uma mudança climática e que existem eventos que acontecem com mais frequência e intensidade, torna-se algo prioritário.

Um tema que eu gostaria de sublinhar é que é absolutamente crítico que o investimento público seja sensível à questão de risco. Esse quadro mostra que, quando nós podemos aplicar os conceitos da redução de riscos em projetos de investimentos públicos, no início das projetos, a taxa de retorno custo-benefício é muito mais alta do que se quisermos, depois de construir os ativos, fazer consertos ou reformas para melhorar a sua capacidade para responder diante de situações de ameaças naturais. Sublinhamos isso porque, muitas vezes, nós encontramos às portas do Ministério das Finanças. Mas este é tema muito crítico que deve ser considerado.

Eu estava falando sobre a Plataforma Internacional de Recuperação, e o que eu queria dizer é que, por meio dessa instituição, foram desenvolvidas várias notas para orientar e apoiar os processos de recuperação e reconstrução. Hoje já existem dez guias, mais ou menos, para cada um dos setores sobre quais são as melhores formas de encarar a recuperação e a reconstrução.

Aqui vocês tem o site da Plataforma Internacional de Recuperação e, se houver interesse, podem visitar a página www.recoveryplatform.org.

Com isso, estamos quase acabando. É muito importante também, e o Brasil tem uma tradição, por se tratar de um país que impulsiona muitas tecnologias verdes. Nos processos de recuperação e reconstrução, é muito importante que consideremos as soluções ambientalmente amigáveis.

Quero fazer rapidamente referência a esse caso. Essas fotografias que os senhores estão vendo são da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos. E o interessante é que a cidade de Nova Iorque tinha um sistema de drenagem de águas pluviais muito antigo, que estava causando muitos problemas. Cada vez que havia uma chuva mais forte, tinham de enfrentar situações de inundação. Havia duas opções: uma delas seria fazer um trabalho de engenharia muito grande para poder substituir todo esse sistema de drenagem, que tinha um custo estimado de 6,9 bilhões de dólares, ou usar, e foi o que eles fizeram, tecnologias verdes, ambientalmente amigáveis, para que a superfície da cidade de Nova Iorque tivesse maior capacidade de absorção das águas da chuva. Assim, contribuiu-se com menor



caudal para os sistemas de drenagem, resolvendo-se o problema da cidade de maneira adequada.

Finalmente, e com isso termino, gostaria de mencionar que, exatamente para apoiar as cidades e a estrutura de governo que está mais próxima dos cidadãos e que melhor conhece quais são os problemas e que também pode implementar as soluções, nós estamos impulsionando a campanha mundial para o desenvolvimento de cidades resilientes que seguem o mesmo esquema que o Marco de Ação de Hyogo e apresenta aos governos locais, aos Prefeitos, uma sugestão de como aplicar dez aspectos essenciais para o desenvolvimento de cidades resilientes.

Já temos 900 cidades que aderiram a essa campanha, e é muito gratificante para mim contar que são várias cidades do Estado de Santa Catarina que aderiram a ela. Esperamos que muitas outras cidades do Brasil o façam.

Os dez aspectos essenciais, como eu dizia, referem-se aos temas principais do Marco de Ação de Hyogo e estão relacionados com a necessidade de que as cidades tenham estrutura organizacional e normativas prontas que tenham designação orçamentária que promova a diminuição de riscos, e que também possam identificar quais são as terras seguras onde eles poderiam questionar o crescimento da cidade, além, naturalmente, de manter os dados atualizados e contar com programas de educação e conscientização pública, de tal maneira que a população esteja mais sensível para a problemática.

Investir e manter a infraestrutura de maneira apropriada. Muitas vezes, as inundações acontecem porque os sistemas de drenagem estão cheios de lixo, e não foi dada a manutenção necessária.

Por outro lado, há necessidade de se aplicar regulamentos de construção, avaliar a segurança pessoalmente nessa estrutura crítica, como em escolas e hospitais.

Não podemos permitir que as escolas e os hospitais continuem sendo armadilhas mortais para os que estão ali, as crianças e os doentes. Então, temos de estar seguros de que as escolas e os hospitais, principalmente, estejam bem construídos e seguros, inclusive em situações de desastre.

Temos de proteger os ecossistemas em zonas de amortecimento natural, que, como vocês sabem, são um grande elemento que pode diminuir o impacto de



uma ameaça natural. E, finalmente, há necessidade de que nas cidades sejam instalados sistemas de alerta. E os que falaram antes de mim explicaram muito bem sobre o que o Brasil está fazendo nessa área.

Com isso termino e agradeço.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigado, Sr. Ricardo Mena.

Vamos aproveitar para ouvir todos os palestrantes, pois assim aproveitamos o máximo possível as palestras dos convidados. Depois será aberto um espaço para perguntas, se alguém tiver interesse em fazê-las.

Convido, então, o representante do Japão, Sr. Goro Yasuda, a usar a palavra.

Lembro a todos que a tradução do inglês para o português estará no *Canal 2*.

O SR. GORO YASUDA - (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Bom dia.

Sra. Presidenta, membros do Comitê, distintos membros do Governo, convidados, meu nome é Goro Yasuda, sou do Ministério japonês de infraestrutura, transporte e turismo. Obrigado por me darem esta excelente oportunidade.

Estão selecionando os *slides* que em breve aparecerão.

(Segue-se exibição de imagens.)

Hoje eu selecionei três tópicos. A primeiro deles é a importância de abordar esses riscos de desastres. Eu peguei essa palavra como consciência do risco para representar uma tendência mundial, em que a informação viaja rapidamente com a ajuda da tecnologia.

A mudança climática também é importante para conectar pessoas que têm consciência do risco.

O segundo aspecto é a necessidade de planos a longo prazo de controle de dilúvios e inundações que juntam os diferentes parceiros. Eu uso esse tópico porque as inundações na Tailândia claramente nos mostram a importância de planos totais e de um consenso entre os parceiros.

No passado, alguns diferentes planos de controle...



(Não identificado) - Perdão. Por favor, quero pedir auxílio à assistente na tradução, da embaixada japonesa, porque estamos tendo dificuldade. Não sei se os senhores estão conseguindo ouvir. Estão? (Pausa.) Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - A tradução está sendo em espanhol.

(Não identificado) - Mesmo em espanhol, estou tendo dificuldades de ouvir pelo aparelho. Não sei se isso está acontecendo com todos. Então, peço à representante da Embaixada japonesa que avise ao convidado, até que a questão seja solucionada. (Pausa.)

O SR. GORO YASUDA - (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Próximo slide, por favor. (Pausa.)

O tempo está limitado, e eu gostaria de começar.

Desculpem-me todos aqueles que entendem português e não inglês.

O último tópico são as lições aprendidas de alguns desastres recentes no Japão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Peça ao orador que suspenda sua fala por um momento. Enquanto não resolvemos o problema técnico — porque entendi que o problema é nosso —, peço a alguém da Embaixada que faça a tradução simultânea. (Pausa prolongada.)

Preciso de um retorno da assessoria técnica. Canal 2, podemos fazer mais uma tentativa?

(Não identificado) - Pedimos ao nosso convidado que continue, porque temos informações de que houve retorno por meio do Canal 2, da tradução.

O SR. GORO YASUDA - (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - ... do mar devemos manter as novas cidades que estão (*falha na gravação*) 500 anos um horizonte de tempo mais longo deve ser considerado. Essa imagem dá uma ideia para esse propósito (*falha na gravação*) são voltadas para altas descargas com retorno de 50 a 200 anos. (Palmas.).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Gostaríamos de agradecer ao Dr. Goro Yasuda e pedir desculpas pelo contratempo na tradução.

Aviso aos colegas que estamos tirando cópia das palestras para repassar aos senhores.



O próximo orador será o representante da Agência Caribenha de Gerenciamento e Desastres, Dr. Jeremy Collymore.

O SR. JEREMY COLLYMORE - (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*)

- (Falha na gravação) ...instituições que não estão sendo coordenadas ou cooperando para servir às necessidades coletivas do país. Então, há necessidade de fortalecer a questão nacional e de servir às necessidades nacionais.

Como vocês reconhecem, existe muitas vezes uma lacuna entre o que queremos fazer e o conhecimento de como fazer isso.

Mantendo um *mainstream*. Eu fiz um ponto, mais cedo: que nós não somos treinados para gerenciar os riscos, mas para criar...

No Caribe, o turismo é o nosso aspecto econômico fundamental. Então, nós temos trabalhado com a indústria de turismo, para criar um sistema de diminuição de riscos e criar um programa também. Nós temos um programa regional para a diminuição do risco de desastres, no qual o turismo e a cultura estão contribuindo.

(Falha na gravação.) ... da comunidade. Então, não é só um produto científico. Mas, sim, ele requer a participação da comunidade, para garantir os resultados desejados.

Aqui nós podemos ver as comunidades que constantemente recebem inundações sem aviso. Isso aqui envolve a universidade, a comunidade e os experts, os técnicos em gerenciamento de risco. É muito simples e barato. Aqui eles usam um celular que ativa a comunidade para tomar as ações apropriadas.

Então, a interferência entre a tecnologia e a política é muito evidente e é uma agenda para as mudanças que nós estamos buscando.

Agora, olhando adiante, nós estamos querendo promover o que chamamos de um programa baseado na evidência. Isso quer dizer que estamos tentando envolver mais os nossos parceiros científicos e as instituições universitárias nesse processo e incorporá-las a um comitê técnico. Nós também temos cientistas envolvidos nesse processo.

Mas também reconhecemos que, se você realmente vai formar políticas, levando em consideração os riscos, então você tem que ter um perfil do risco melhor desenhado, dos nossos Estados. Isso é um investimento que estamos fazendo.



Agora, o que nós conhecemos é que providenciar informação sobre produtos diversos, usando o Facebook e outros sites que permitem interação, tem criado um compromisso forte da nossa juventude, que agora faz parte integral do compartilhamento de informação e da manutenção de um link.

Nós reconhecemos que essa informação nos providencia uma ferramenta muito importante para as nossas intervenções estratégicas. Por exemplo: quando temos um terremoto, isso nos guia para saber onde concentrar os nossos esforços de resposta. E também usamos essa informação *a priori* para informar o risco. Uma vez que usamos isso, nós reconhecemos que ele é só utilizado, principalmente, para providenciar esforços.

E o último aspecto que eu quero comentar é o do financiamento sustentável. Transformar o risco de desastres não é uma atividade simples. Requer um compromisso com o financiamento sustentável. E qualquer governo tem que pensar em como irá sustentar essa política, num período de tempo grande. Isso não é uma atividade rápida.

Eu quero agradecer por esta oportunidade de compartilhar com vocês esses aspectos. E nós queremos muito continuar colaborando com o Governo do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Gostaria de agradecer a participação ao nosso amigo e parceiro da agência caribenha.

E gostaríamos de chamar o nosso próximo convidado, Sr. Andrew Sobey, Coordenador de Operações e Administração da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura — FAO, que vai falar acerca do tema *Melhorando a capacidade de resposta por meio da criação de unidade de resposta a emergência: Centro de Gestão de Crises*.

O SR. ANDREW SOBEY - (*Exposição em inglês.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Mais uma vez nós estamos com problema na tradução.

Desculpe-me. Vamos tentar resolver. (*Pausa.*)

O.k. Vamos fazer um teste?

O SR. ANDREW SOBEY - Eu só estava me apresentando. O.k.?



Eu vim de Roma. O motivo é que nós tivemos lá a maior enchente de 50 anos. Cento e vinte milímetros de chuva em 4 horas, no horário do *rush*. Nós temos tido muitas mortes no país devido às enchentes.

E, nos últimos anos, eu tenho trabalhado na FAO em várias situações. Eu estava envolvido no *tsunami* de 2004 na Indonésia; depois eu cobri o programa global de resposta de emergência para a gripe aviária, a gripe pandêmica de 2009; o terremoto no Haiti; o incidente nuclear no Japão. E espero poder compartilhar experiências úteis para o Governo, para melhorar o seu sistema de resposta de emergência.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu gostaria de apresentar a Agência, a organização de agricultura e alimentação da ONU. É a agência especializada que lida com um mandato de alimentação, para alcançar a segurança alimentar para todos.

A agência suporta o desenvolvimento econômico e social, levando a ganhos significativos na “florestagem”, nos recursos naturais do ambiente, na agricultura, na pecuária. Nós temos um grande programa de emergência. No último ano, ele lidou com 450 milhões de dólares de assistência, globalmente. Nós cobrimos todos os tipos de emergência: inundação, terremoto, seca, emergências complexas como guerra civil, tempestades tropicais, doenças animais interfronteiras, pestes. Muito disso é ligado à mudança do clima.

Eu vou passar um estudo de caso, para dar um exemplo de como a FAO tem melhorado a sua capacidade de responder às emergências. Pego o exemplo da gripe aviária, em 2003, que afetou o mundo e que implicou o repensar dos mecanismos e a criação de novas estruturas e parcerias.

Nós temos falado sobre desenvolver novos sistemas, sobre introduzir uma nova legislação. Nós tivemos uma situação semelhante. As primeiras respostas em campo, em 2003, eram muito pouco coordenadas, muitas vezes caóticas. Havia governos e agências do governo, basicamente todos aparecendo na cena, sem planos de estruturas concretos. E isso levou a um grande choque de mercado, inclusive. Nós também tivemos que ver as nossas capacidades para responder a um novo programa global, para que pessoas de diferentes lugares do mundo pudessem auxiliar diferentes países em um curto período de tempo. Várias agências do



governo e vários países se reuniram para criar uma arquitetura global nova, uma estrutura nova e coordenada. Um deles foi a criação do Centro de Gestão de Crises.

Eu quero mostrar um breve vídeo de como estamos hoje, 5 anos depois.

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. ANDREW SOBEY - Isso aqui só mostrou o Centro de Gestão de Crises funcionando, a sua maneira de funcionar hoje.

Ele foi criado em 2006 como uma parceria da Organização Mundial da Saúde com a Organização Mundial da Saúde Animal. O mandato principal responde em 72 horas globalmente. Mas, para poder fazer isso, ele tem que estar num processo estratégico e coordenado.

No vídeo vocês viram um dos nossos parceiros, a Organização Mundial da Saúde, trabalhando conosco, porque muitas das doenças com as quais trabalhamos são de grande interesse para a população e são de origem animal. As doenças humanas de origem animal são 70%.

Mas o que eu quero enfatizar é como nós construímos a capacidade, quando lidamos com esse caso da gripe aviária. O sucesso do Centro é baseado em quatro plataformas principais: recursos dedicados de um local e pessoal para trabalhar; metodologias e ferramentas; parcerias e mecanismos de coordenação e também sistemas de alerta imediato.

Eu vou mostrar esse quatro elementos rapidamente. Em primeiro lugar, em termos de construir uma capacidade de resposta de emergência, a resposta de emergência não se encaixa necessariamente no trabalho normativo. É preciso encontrar um equilíbrio e ter um pessoal dedicado. Todos sabem que vai haver uma emergência. O que não se sabe é quando e qual será a escala. Portanto, é possível preparar e planejar.

Os papéis e as tarefas das pessoas têm que ser definidos muito claramente. As pessoas têm que ser organizadas e não fazer o mesmo trabalho. Esse era o caso da FAO. Ela tinha um grande programa de emergências. Mas é a primeira vez que ela gerou uma unidade dedicada para lidar com necessidades específicas. Houve um treinamento do pessoal, em termos de metodologias específicas e princípios. Termos de referência foram gerados. Situações de emergência são diferentes de outras situações. Você só pode trabalhar com um certo número de pessoas numa



estrutura funcional, introduzindo os princípios de planejamento, resposta, operação e logística.

Os papéis e as responsabilidades estavam ali, tanto na situação de emergência quanto nas atividades em tempos de paz. O que você faz quando está lidando com uma emergência? O que você tem que fazer para preparar e organizar? Isso têm que ser colocado na unidade.

Também há uma tecnologia de comunicação avançada no local. Ouvimos que às vezes é necessário coordenar a nível global.

Voltando ao vídeo, nós temos, por exemplo, a possibilidade de coordenar até 50 países, em qualquer lugar do mundo, por videoconferência. E isso tem sido usado no nosso Centro. (*Falha na gravação*) para outros tipos de emergência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Glauber Braga) - Vou pedir licença ao senhor para dizer que tivemos outro problema de comunicação, mas está sendo corrigido.

Por favor.

O SR. ANDREW SOBEY - O.k.

Equipamentos dedicados com as nossas equipes, equipamentos de campo, equipamentos especializados para eles. Mas nós também tínhamos que lidar com cadeias de comando, controle e delegação de autoridades. Eu acho que ocorre o mesmo nos governos. Muitas pessoas querem estar envolvidas, mas é importante delegar, no momento de emergência, para as pessoas que saibam responder, quando e que tenham autoridade para responder.

Outra coisa que nós fazemos com frequência, no nosso tempo, na emergência, é desenvolver metodologias e ferramentas. É necessário massa crítica e pessoas para fazer isso. Não é preciso reinventar os sistemas já desenvolvidos. Usamos muito o Sistema de Comando de Incidentes, desenvolvido inicialmente nos Estados Unidos. Não conseguimos usá-lo para a resposta no campo.

O nosso trabalho é principalmente de coordenação, mas as metodologias e as ferramentas foram muito aplicáveis. Nós usamos muitas, desenvolvendo os nossos próprios sistemas e ferramentas a partir disso.

Também recebemos muito treinamento. Como parte do trabalho, tínhamos que criar os padrões de operação, que têm que ser flexíveis, fáceis de operar e atualizados regularmente, com base nas lições apreendidas.



Também criamos um sistema, uma ferramenta de gestão de eventos. Quando começamos todos os eventos, todo o trabalho, eram apenas documentos no *Word*. Depois de 5 anos, esses documentos estão integrados em sistemas.

O que vocês veem embaixo são uma das ferramentas de planejamento, pelo menos de planejamento de trabalho, que utilizamos diariamente, que podem ser adaptadas ou para operação de novas reuniões, duas vezes por dia ou duas vezes por semana. Essas ferramentas dependem do tipo de situação de emergência e capturam as informações essenciais: quem faz o quê; quando; o período de tempo, antes do próximo prazo; os termos de referência para as pessoas que estão trabalhando na emergência; as metas gerais e específicas e a tarefa a ser cumprida — até quando e quem tomou as decisões.

Outro elemento que tem sido muito importante no nosso trabalho, que é muito importante no trabalho do governo, é a comunicação. Nós tínhamos que gerar linhas de comunicação específicas, planos de comunicação, internamente, na agência, e também para informação externa. Muitas informações são globais. E esses planos tinham que existir.

O terceiro elemento é parceria e coordenação. Durante a emergência, geralmente é um evento muito impactante. E, para responder, você precisa de muitos parceiros. Você tem que identificar os parceiros-chave dos procedimentos, a prática, o diálogo para responder à emergência. As parcerias críticas com as agências internacionais foram desenvolvidas e também a coordenação no nível da ONU, em Nova Iorque, com os países, com as contrapartes técnicas. Tudo isso tem que ser gerado, para responder rapidamente e efetivamente.

Também desenvolvemos muitos acordos de *stand-by* para desenvolver as pessoas, os especialistas necessários para várias áreas. Nós precisamos de várias especialidades. São muitas doenças. Não é só uma pessoa que vai ao campo. Nós temos de ter as pessoas certas para irem a qualquer lugar do mundo.

Eu acho que também é importante entender que muito tempo tem que ser gasto construindo trabalho com entidades regionais, nacionais, com departamentos dos ministérios. Sem esses parceiros no campo, não podemos responder efetivamente. Nós precisamos desses parceiros sempre no campo.



Como mencionei, o quarto elemento é o sistema de alerta rápido. É uma reunião que nós temos todos os dias, de manhã, às 8h45min. Esses sistemas não existiam antes do programa da gripe asiática. Nós obtemos a informação do mundo todo e também mostramos muito mais ferramentas de inteligência. Por exemplo: os mapas de precipitação; nós falamos da mudança do clima. Algumas doenças dependem da mudança do clima. Nós mandamos alertas antecipados, com base nas mudanças climáticas que vão ocorrer e podem levar a certas doenças.

A parte de gestão de crises auxilia porque não adianta ter informação antecipada, se não houver ninguém para responder a isso. Nós participamos, nessas reuniões, do desenvolvimento da informação de inteligência, que é útil para nós. E também em parcerias. Nós precisamos ter parcerias. A FAO não é uma organização grande o suficiente para obter toda a informação de que necessita. Portanto, tem um relacionamento tripartite com agências globais e muitas ferramentas de busca para obter a informação de que precisamos. Quanto antes nós recebermos a informação, maior será a possibilidade de responder. Então, é uma maneira de responder mais rapidamente.

Eu gostaria de levar vocês ao ano de 2009, quando a gripe pandêmica chegou. Até agora temos construído sistemas e trabalhado com a gripe aviária altamente patogênica e outras doenças de origem animal. E agora estamos preparados para uma resposta à pandemia. O interessante é que a primeira informação recebida foi no dia 24 de abril, quando estávamos trabalhando com a OMS, na sua reunião matinal, de inteligência global. Foi no mesmo momento que recebemos essas informações. Alguns anos antes não saberíamos quem eram as nossas contrapartes, não saberíamos quem contratar, não teríamos recebido a informação.

Nós também pudemos mudar para a modalidade de coordenação imediata. Nós tínhamos um sistema em Nova Iorque para coordenar a resposta, a nossa capacidade individual de resposta, e dessa maneira podíamos levar uma pessoa ao México em 48 horas, após expedido pelo governo.

Nós tínhamos uma equipe de oito especialistas — não são pessoas quaisquer; e temos de mandar as pessoas certas —, de quatro governos e organizações internacionais, em 1 semana. Isso não seria possível 3 anos antes. E



eu acho que mostra que as pessoas têm que construir a capacidade, que não está necessariamente lá no início. Temos que aprender com as lições. As ferramentas de comunicação estavam ali não apenas para a organização interna, como um governo teria que relatar e apresentar informações para as pessoas dentro, mas também a comunicação externa. De repente estávamos nas primeiras páginas. Menos do que a Organização Mundial da Saúde. Mas com a interface dos animais. De onde estava vindo a doença? Estava vindo do animal ou do ser humano? E nós estávamos capacitados a dar essas atualizações.

As atividades de preparação que nós geramos para a delegação de autoridades permitiram mandar qualquer pessoa a qualquer lugar do mundo, a qualquer momento. Eu tinha 24 por 7 para mandar as pessoas em aviões para a cena; tínhamos pessoas trabalhando conosco que poderiam gerar contratos para as pessoas virem.

E eu quero voltar para a tecnologia. Houve muita coordenação. A informação mudava em poucas horas. Havia muita informação. Era incrível a quantidade. Também podíamos trabalhar, às vezes, mais normalmente na nossa sede. Usávamos o sistema de comunicação de informação. Então, podíamos nos comunicar das nossas próprias casas. Não precisávamos ir até o escritório. Isso nos deu a oportunidade de usar o tempo mais eficientemente e efetivamente. Em uma área de tecnologia, só é preciso saber como usá-la. E com isso volto ao treinamento e à capacitação que tínhamos de fazer.

Eu gostaria de ir um pouco adiante. Nós desenvolvemos uma tarefa específica, mas eu gostaria de introduzir a questão do terremoto no Haiti, em 2010. Foi pedido que respondêssemos. É a primeira vez que respondemos fora do nosso setor à emergência. E nós usamos essa metodologia pela primeira vez em outra situação. O Centro de Gestão de Crises nos proveu da capacidade de pesquisa, das ferramentas, da metodologia e de um pessoal dedicado. Nós trabalhamos na emergência com essa metodologia usada na resposta à gripe aviária.

No início, o diretor-geral da organização também participou dessas reuniões, e a autoridade delegada foi para o diretor dar a resposta de emergência. Mas o trabalho diário foi feito pelo Centro de Gestão de Crises. Esses sistemas são adaptáveis, são metodologias semelhantes. E a resposta da FAO no evento no Haiti



foi mais rápida e coordenada do que em outras grandes emergências de que tratamos.

Temos falado muito de inundação. Houve uma inundação mais tarde, naquele ano, no Paquistão. Não havia mais questionamento dessa metodologia. As pessoas estavam familiarizadas com ela e com o nosso trabalho. Imediatamente, a organização concordou que responderíamos com as mesmas metodologias.

Eu não vou entrar em detalhes, porque já ouvimos muito essas coisas, mas eu acho que uma das chaves que também seria aplicável em situações de governo é a revisão da ação. Nós gastamos muito tempo revendo o nosso trabalho, aprendendo lições, o que deu certo ou não. Eu ouvi muitas vezes “não é questão de procurar o culpado, mas de melhorar as ações. É por isso que há revisão.

Nós também, nessa resposta, trabalhamos com os parceiros para entender o que eles viam nas nossas respostas. Eu acho que o importante é que todas as partes interessadas compartilharam essa revisão. Os governos muitas vezes têm que responder sobre a sua transparência, e todos sabem que em situações de emergência as decisões são tomadas sem toda a informação. Mas você toma as decisões com a melhor informação que tem no momento.

Como eu disse, existe muita intercessão com as outras apresentações. Eu não quero me ater ao programa da gripe aviária ou à resposta de emergência. Eu também gostaria de ver, em termos do ciclo de redução de riscos de desastre... Nós temos apenas uma parte. Nós lidamos com a preparação imediata de riscos. Isso nos traz muito mais, em termos de preparação, mitigação e prevenção. É bem mais holístico e leva em consideração prioridades maiores.

Ontem e hoje nós ouvimos sobre aumentar a resiliência das comunidades. Nós não somos os primeiros a responder, nem o governo. São as pessoas e a comunidade. Nós falamos de construir a resiliência dos povos para absorver as forças destrutivas através da resistência, da adaptação, da gestão e manutenção de funções básicas durante os desastres, e a recuperação o mais rapidamente possível. Esse conceito é comum em toda a ONU, hoje em dia.

Eu gostaria de mostrar a vocês a gestão de risco, um processo mais linear. O gráfico mostra a prevenção; a mitigação; a prevenção, à direita; a resposta e a



reabilitação, no meio, em vermelho; e o desenvolvimento transicional, a volta à normalidade, à esquerda.

A outra linha mostra o crescimento normal, o funcionamento do sistema. Um grande perigo quebra o funcionamento normal, e um desastre pode prejudicar o funcionamento do sistema. Um marco amplo permite uma reconstrução bem mais rápida e permite que todas as contrapartes sejam parte do processo. Por isso temos de considerar um processo muito mais complicado, quando lidamos com emergências. Vocês já ouviram falar bastante disso nos últimos dias.

A FAO tem um marco de redução de riscos multisectorial, no setor agrícola, que tem quatro pilares. Em abril, os governos, com a sua capacidade institucional, observam os alertas antecipados, preparam-se num planejamento de contingência e geram práticas, processos e abordagens para resiliência. Levamos em consideração as três prioridades transversais: gestão de conhecimento e comunicação; desenvolvimento de capacidade; parcerias estratégicas. Agora são marcos estratégicos para todas as ações de emergência da FAO.

Eu quero concluir a apresentação de hoje com isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Eu só gostaria de dizer que, se alguém quiser mais informação, eu tenho alguma informação aqui.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Eu gostaria de agradecer ao Sr. Andrew, que falou aqui pela FAO.

Nós decidimos que não haveria intervalo. Por isso resolvemos juntar as duas Mesas, a da manhã e a da tarde. E temos mais um convidado, o Ministro Rondó Filho, que acabou de chegar. Nós íamos abrir o debate, quando S.Exa. chegou.

O Ministro Rondó é o responsável, no Ministério das Relações Exteriores, pelo programa internacional de combate à fome.

Peço à Assessoria que coloque mais uma cadeira à mesa.

Ministro Rondó, V.Exa. necessita de mais alguns minutos ou podemos começar? (*Pausa.*)

O Ministro Rondó estava num voo, que atrasou. S.Exa. teve dificuldade para chegar. Mas chegou na hora, Ministro. Quero agradecer-lhe pela presença.



Resolvemos juntar as duas Mesas. Por isso S.Exa. teve que se apressar e pegar um voo mais cedo. Fizemos isso para ganharmos tempo. Depois abriremos espaço para perguntas. Até as 13 horas ou 13h30min encerraremos o nosso evento.

Alguns almoços vão ser oferecidos aqui na Câmara. Pelo menos 50 vão estar disponíveis para aqueles que queiram se alimentar antes de retornar.

Ministro Rondó, a palavra está com V.Exa. Hoje é o segundo dia. E vamos encerrar nesse período da manhã o seminário. Muito obrigada pela sua presença.

O SR. MINISTRO MILTON RONDÓ FILHO - Eu é que agradeço, Deputada.

É um prazer estar aqui com os queridos amigos, com a Deputada Perpétua Almeida e com o Deputado Glauber Braga, dois batalhadores desse tema tão importante; com o Deputado Kennedy, Presidente da Comissão Permanente de Proteção Civil de Santa Catarina.

Senhoras e senhores, é um prazer estar aqui com os nossos convidados internacionais. Ricardo Mena é um querido amigo que tem dado uma contribuição importante para o Brasil, no tema da prevenção de desastres.

Peço desculpas. Estava na Conferência de Segurança Alimentar, que, os senhores sabem, encerrou-se em Salvador com grande sucesso. Esse tema está incluído nas conclusões, na questão da gestão de risco, tendo em vista as mudanças climáticas.

Eu quero fazer só essa breve saudação e dizer que, outro dia, conversando com a Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, eu dizia: “Tereza, acho que esse tema deveria estar inclusive no Brasil Sem Miséria, porque, se estamos tentando redistribuir renda, em primeiro lugar, devemos fazer com que não haja uma reconcentração de renda.”

E poucos temas têm tanto a ver com a reconcentração de renda — eu diria que a inflação é um deles — como a prevenção de desastres. Um desastre, em geral, atinge aqueles que, por algum motivo, não tiveram acesso à terra ou não tiveram acesso à água e, então, tiveram de ocupar uma área de risco. As pessoas podem perder tudo o que têm, tudo o que amealharam durante toda uma vida em poucos minutos.

Então, eu acho que esse tema tem uma enorme centralidade para o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, porque, sendo a prioridade o combate à miséria, ora,



em primeiro lugar, temos de cuidar da reconcentração, da inflação e da prevenção de desastres.

Acho que o Ministério das Relações Exteriores tem de se empenhar fortemente para que esse tema apareça com transversalidade nos documentos. E o desafio, Deputado Glauber, que é lá do Rio de Janeiro — que vai sediar a Rio+20 — , é o de que isso tenha um espaço importante na Rio+20. Acho que não podemos descuidar disso na agenda internacional. A Rio+20 vai ser um dos momentos mais importantes, no ano que vem, para esse tema, se não o mais importante.

Queremos colocar à disposição o Itamaraty, para que, em todos os momentos da agenda internacional que os senhores identifiquem como importantes, possamos inserir esse tema. Esse tema tem uma enorme transversalidade. O Brasil hoje é um exemplo de como tratar temas com transversalidade. A segurança alimentar talvez seja o mais o mais evidente deles. Estivemos agora na Conferência de Salvador, mais de 150 convidados internacionais dos cinco Continentes, demonstrando muito claramente como o Brasil, e acho que nem apreçamos isso suficientemente, desenvolve uma tecnologia social de diálogo social. Desculpem a redundância, mas efetivamente conseguimos.

As pessoas depois me diziam que ficaram impressionadas como uma Ministra de Estado, a Ministra Teresa Campello, ficava à mesa respondendo de forma aberta, sem nenhum ensaio, os questionamentos mais fundamentais, como reforma agrária, por exemplo. O Ministro Gilberto Carvalho, ontem, encerrou a conferência dizendo que, sim, temos um passivo no tema da reforma agrária. Porque a plenária se manifestou, e se manifestou como se manifestam plenárias, enfim, abertamente, com saudações e com gritos de ordem. Ele disse sim, esse é um passivo. E é assim que avançamos; é assim que saímos das nossas caixinhas e conseguimos avançar.

Espero que o Congresso também possa nos ajudar muito nisso, porque, muitas vezes, ficamos fechados nas nossas caixinhas e não conseguimos avançar em temas tão fundamentais como a prevenção.

E uma última notícia. Sou membro do CERF, o Comitê Consultivo do Central Emergency Response, que é o fundo das Nações Unidas que primeiro desembolsa quando há uma emergência. Ele foi criado para isso, para haver uma liquidez mais rápida. Somos 18 pessoas nomeadas pelo Secretário-Geral da ONU, em caráter



pessoal. Evidentemente que não é em caráter pessoal; fui nomeado porque é o Brasil, e o Brasil hoje tem um papel importante. Está aqui a Michelle, com quem estivemos na UNICEF nesse tema de prevenção.

Ali, mais uma vez, reiterei a importância, porque não é simples, do diálogo. Na última reunião, eu havia pedido para que eles se sentassem. Quer dizer, se estamos tratando de um fundo de respostas, eles têm que sentar com a Estratégia Internacional de Prevenção de Desastres. Até hoje isso não foi feito, em seis meses. Estão os dois dentro das Nações Unidas, são duas subsecretárias.

Então, esse é o nível de dificuldade que temos que vencer. Quer dizer, não é um problema só nosso; não nos vamos sentir frustrados se, muitas vezes, não conseguimos quebrar as caixinhas. Mas este encontro é uma demonstração de que estamos rompendo isso e de que podemos, efetivamente, tratar esse tema com a prioridade e com a transversalidade que ele merece.

Muito obrigado, Perpétua e Glauber, novamente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada ao nosso Ministro Rondó. Queremos lhe agradecer a presença, V.Exa. que veio direto do aeroporto fazer sua saudação ao seminário.

Temos algumas inscrições para perguntas. Peço ao pessoal da assessoria técnica para ficarem ligados na questão da tradução, porque as perguntas serão feitas aos nossos palestrantes e só o Ministro Rondó fala português.

Está inscrita para Cristina Silva, e nós vamos combinar o seguinte. Serão três minutos para fazer a pergunta. Acho que há apenas seis pessoas inscritas. Vamos ouvir as perguntas dos seis e, se houver necessidade, retornaremos depois das respostas. É melhor que direcionem logo para quem vai a pergunta, pois fica mais fácil para os nossos expositores responderem.

Cristina, pode sentar aqui nas bancadas.

A SRA. CRISTINA SILVA - Bom dia a todos. Quero agradecer à Comissão e aos membros da Mesa pela oportunidade de estar aqui.

A minha colocação é mais direcionada ao Sr. Ricardo Mena, do EIRD.

Como cidadã brasileira, envolvida pessoal e profissionalmente com temas relacionados à defesa civil, fico feliz com a instalação do escritório do EIRD no Brasil. Bem-vindos!



Com certeza, a experiência do Brasil, tanto na área de gestão como na área de diversidade cultural, geográfica e climática, muito tem a contribuir para juntos desenvolvermos estratégias de enfrentamento dos riscos e desastres, sejam eles decorrentes de causas naturais ou da nossa intervenção, nem sempre adequada ao meio ambiente.

Já é hora de termos as publicações da EIRD em português. O site e as publicações são sempre em espanhol, e acho que o Brasil ganha muito por ter o escritório aqui e disponíveis as publicações.

O Brasil é grande e o nosso povo precisa ser ouvido.

Sr. Ricardo Mena, ouso dizer que uma boa estratégia para enfrentarmos a problemática de cidades resilientes seja trazer para o protagonismo aqueles que historicamente sofrem com os modelos de defesa civil centrados no resgate, muitas vezes bastante autoritários.

Bem-vindos ao Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Cristina.

Nós daremos logo espaço para as perguntas e depois passaremos às respostas.

Com a palavra Luiz Américo. Peço que diga a quem a pergunta é dirigida.

O SR. LUIZ AMÉRICO - Bom dia a todos. Minha pergunta é direcionada a toda a Mesa da Comissão Especial.

Bem, eu sou Coordenador de Planejamento Operacional da Defesa Civil. Há muitos anos observamos que essas catástrofes de natureza climática vêm resultando em perda de vidas. Falo dos cidadãos brasileiros, da vida humana em nosso planeta. Então, com base em análises, características do solo, na engenharia geotécnica, por que não agimos agora, com ações preventivas, desde quando existem inúmeras construções em áreas irregulares, em áreas de preservação ambiental, como, por exemplo, margens de lagoas, canais de macrodrenagem, em terrenos íngremes? Sabemos que está próximo o período de trovoadas e temos certeza de que, infelizmente, desastres irão ocorrer ainda neste ano de 2011, em nosso País.



Direciono a pergunta não só à ONU, como também ao Governo Federal: o que nós podemos fazer, em termos de medidas preventivas, para evitar os desastres que vêm ocorrendo?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, Luiz Américo.

Com a palavra Thiago Miranda. Peço também que diga para quem é a pergunta.

O SR. THIAGO MIRANDA - Bom dia a todos.

Meu nome é Thiago Miranda, sou representante do Ministério da Integração no Estado do Rio, e gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Ricardo Mena. Vou fugir um pouco do tema principal do nosso debate.

Temos ouvido de todos os palestrantes que as catástrofes, os níveis de chuva têm aumentado. Gostaria de ouvir do senhor por que isso tem acontecido. Na verdade, todos nós sabemos o motivo do aumento dessas catástrofes no mundo. Gostaria de saber se o escritório do senhor tem alguma interação com a área da ONU que trata dessa questão do aumento das catástrofes climáticas, dessa problemática no mundo. Gostaria de saber como o escritório da Estratégia de Redução de Desastres tem interagido com essa área da ONU.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, Thiago.

Com a palavra Aparecida Pereira.

A SRA. APARECIDA PEREIRA - Nossa pergunta vai para o Dr. Ricardo Mena.

Por ocasião do estabelecimento do Quadro de Ação de Hyogo, foram levantadas cinco metas, cinco prioridades, e as dificuldades de se trabalhar junto aos Estados internacionais. Foram estabelecidas também as fontes de financiamento. Gostaria de saber o seguinte: como as fontes de financiamento para as ações voltadas à redução de desastres estão, digamos, atreladas às metas estabelecidas? Ou seja, o Estado teria que fazer "x" para conseguir "y" no financiamento de ações? Haveria essa correlação?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, Aparecida.



Passo a palavra ao Sr. Alexandre Lucas. O Sr. Alexandre Lucas está presente? (*Pausa.*) Saiu.

Passo a palavra Capitão Luiz Pereira.

O SR. LUIZ PEREIRA - Sou o Capitão Luiz Pereira, da Defesa Civil de Pernambuco, engenheiro, e trabalho diretamente ligado à parte da reconstrução.

Quero fazer uma indagação aos países parceiros no seguinte sentido: como foram as ações, tanto do Japão quanto do Caribe, na resposta em relação à contratação de empresas especializadas em elaboração de projetos, à execução das obras, gerenciamento e fiscalização das respectivas obras? Também gostaria de saber se eles evidenciaram as ações imediatas de reconstrução ou voltaram as atenções para as ações de prevenção.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada ao Capitão Luiz.

Vamos passar a palavra à Mesa, primeiramente ao Dr. Mena, porque foi quem recebeu mais pergunta, por conta do escritório agora no Brasil.

Solicito aos membros da Mesa, quando forem comentar as demais perguntas, que nos informem um pouco como está no Japão ou em outros países a questão da legislação sobre defesa civil e proteção civil, porque a nossa ideia de realizar este seminário foi colher subsídios e apresentar aos colegas nossa proposta de Código de Proteção Civil, relatada pelo Deputado Glauber. Ou seja, quais são as experiências nesse sentido? Ao Ministro Rondó, que deve ter algumas experiências internacionais, pergunto quais países podem estar trabalhando sua legislação e poderiam nos ajudar e ser uma parte do subsídio de que precisamos?

O fato é que sabemos que o Brasil precisa de um marco regulatório da defesa civil. Estamos fazendo uma tentativa. Pode ser que a proposta apresentada, mesmo que seja fruto da opinião do máximo de pessoas que conseguirmos atingir, ainda não seja o suficiente para o Brasil e precise, mais à frente, ser readequada. Não tenho dúvidas disso. Mas se tivermos também a ajuda de experiências de como isso está sendo feito em outros países, com certeza, isso irá nos ajudar.

Muito obrigada.

Passo a palavra ao Sr. Mena, que disporá de 5 minutos, caso seja suficiente, e os demais em torno de 4 ou 5 minutos, irá nos ajudar. Obrigada.



O SR. RICARDO MENA (*Exposição em espanhol. Tradução simultânea.*) -
Obrigado, Sra. Presidenta.

Respondendo à Cristina, com efeito, estamos muito satisfeitos com que o Brasil estabeleça um centro de excelência para redução do risco de desastres no Rio de Janeiro, com o qual vamos colaborar de maneira muito estreita.

Esperamos que uma das atividades que esse centro possa desenvolver seja, através de convênios com universidades e centros especializados em línguas, conseguir traduzir a maior parte das publicações da Estratégia Internacional para Redução de Desastres e que estas estejam disponíveis em português.

Nesse sentido, aproveito para mencionar que estamos organizando, junto com a CETEC, uma oficina para instrutores para a redução de risco em desastres, que vai ser feita em Brasília, de 5 a 9 de dezembro, dirigida a representantes das Defesas Civis dos diferentes Estados. Essas pessoas depois vão se converter em multiplicadores dessa informação.

Para esse curso produzimos dez módulos de capacitação em diversos temas relacionados à redução de risco em desastres, que também estarão disponíveis na língua portuguesa. Acredito que essa seja uma contribuição bastante importante, já que não somente vamos ter os módulos de capacitação, mas também vai haver alguma informação relativa à redução de risco em desastres disponível.

Com relação à sugestão apresentada quanto à estratégia para implementação da campanha mundial, desenvolvendo cidades resilientes, de fato, nós queremos chegar aos prefeitos e também aos funcionários municipais que trabalham nas diferentes seções ou departamentos relacionados com o desenvolvimento sustentável das cidades. Não se trata somente daqueles que trabalham com a Defesa Civil dentro do Município, mas aqueles que trabalham também com questões relacionadas com o planejamento e o desenvolvimento urbano, com os serviços municipais, sejam eles serviços de água, comunicação, enfim, enfim, o serviço que a municipalidade presta à comunidade. Em muitos casos, em vários países, o município é o responsável em oferecer saúde e educação, por exemplo. Dessa forma, a redução de riscos em desastres deve ser tratada de forma transversal por parte dos governos locais.



Sobre a relação entre a Estratégia Internacional para Redução de Desastres e instituições que trabalham com a mudança climática e urbanização, nas Nações Unidas temos uma relação muito estreita com a Secretaria da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, que, como os senhores sabem, administra o tema das Conferências das Partes — a próxima Conferência das Partes vai ser celebrada em Durban — e facilita a negociação entre governos com relação aos compromissos dos países quanto à diminuição de emissões e a questões que têm a ver com adaptação a mudanças climáticas.

Lamentavelmente, sabemos que os prognósticos da Conferência de Durban não são muito positivos, os Estados ainda não chegaram a um acordo com relação a quais serão as metas para a redução de emissão de dióxido de carbono, que são uma fonte importante geradora do problema do aquecimento global.

O que estamos tentando fazer é trabalhar de forma bastante próxima com a adaptação. Isso nos cabe fazer, porque a adaptação às mudanças climáticas está intimamente vinculada à redução de risco de desastre. Teremos de reinventar a água potável e assegurar que, em cada um dos países, os atores que estão relacionados com a mudança climática e aqueles que trabalham com a redução de riscos mantenham uma agenda comum e um trabalho articulado e coordenado. Esse é um desejo que temos e estamos fazendo vários esforços orientados para trabalhar junto com esses dois grupos.

Nós também fazemos isso com as organizações das Nações Unidas que trabalham com desenvolvimento urbano, por exemplo, como é o caso da ONU-HABITAT, e também com as agências das Nações Unidas que trabalham com desenvolvimento de forma geral. Agora mesmo, na preparação para a Cúpula do Rio+20, queremos garantir que os documentos que a ONU vai levar a essa reunião conste o tema da redução de risco como fundamental para que trabalhemos com o desenvolvimento sustentável. Sem incorporar a variável do risco, os progressos do desenvolvimento se perdem por consequência do impacto dos desastres.

Com relação às fontes de financiamento, esse é um problema crítico, porque realmente não existem fontes de financiamento claramente definidas para a redução de riscos de desastre. Isso acontece não somente nos governos, como por exemplo, no Brasil, onde não existem fontes específicas para a redução de riscos de



desastres, mas isso também acontece nos organismos internacionais. O fundo a que o Ministro Rondó se referiu é para resposta e ajuda humanitária; não estão vinculados especificamente à redução de risco de desastres.

Estamos impulsionando uma iniciativa para assegurar que 10% dos fundos de ajuda humanitária sejam destinados à redução de riscos de desastres, da mesma forma que 10% dos fundos destinados à recuperação e reconstrução também devem estar visados à redução de riscos de desastres, e, em termos gerais, que 1% dos fundos para desenvolvimento também sejam destinados à redução de riscos.

A questão não é simplesmente contar com fundos adicionais, mas fazer um uso racional dos fundos existentes, porque os orçamentos que existem nós podemos usar de forma mais inteligente e prioritária, garantindo, por exemplo, que, quando construímos alguma parte da infraestrutura, que a variável de risco seja considerada e, com um investimento adicional mínimo, nós possamos garantir a segurança e a sustentabilidade dessas obras de infraestrutura.

Portanto, esse é um problema. Lamentavelmente, eu não tenho uma resposta concreta, positiva, conclusiva, mas nós já estamos nos esforçando para encaminhar as questões já mencionadas a respeito.

Respondendo à Deputada Perpétua Almeida sobre os marcos legislativos, nessa região, e ontem eu já mencionei isso muito brevemente, são vários os países que acabaram de estabelecer uma nova normativa para redução de riscos de desastres. Existem vários outros que estão por fazê-lo, ou seja, estão iniciando o processo, como a Colômbia, o Equador e o Chile. Eles estão em pleno processo de revisão de novos marcos jurídicos que estão sendo discutidos em seus legislativos. No caso do Uruguai e do Peru, eles estão implementando um novo marco jurídico, que foi aprovado exatamente no começo deste ano ou no final do ano passado.

Então, temos cinco países onde já existe essa experiência do debate ao nível da Câmara. Nós mesmos já vimos analisando esses projetos e já extraímos vários aspectos que consideramos fundamentais e que devem estar incluídos em uma legislação dessa natureza. Por isso vai ser bastante prazeroso para nós poder comentar sobre o projeto que foi apresentado pelo Deputado Glauber Braga ontem.

O que nós podemos fazer, se é o que os senhores consideram que poderia ser uma contribuição importante, é fazer com que haja uma interação com os



Parlamentares que estiveram discutindo o tema nesses cinco países para que possa haver um intercâmbio de pontos de vista e experiências.

Uma última mensagem: não existe algo único para todos. Todos os marcos normativos devem estar adaptados ao contexto de cada um dos países, mas obviamente existem aspectos gerais que devem ser considerados.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Dr. Ricardo Mena.

Vamos então à ordem aqui da Mesa. Começamos com o Sr. Milton Rondó Filho e depois serão os demais.

O SR. MINISTRO MILTON RONDÓ FILHO - Serei muito rápido. Obrigado, Presidenta.

Na questão do (*ininteligível*), eu ia mencioná-lo. Isso é interessante. Realmente, como o Ricardo dizia, havia esse debate de que o fundo só podia ser utilizado para a resposta. Finalmente, nessa reunião, conseguimos avançar e vai poder ser usado para prevenção também — de que modo está sendo discutido ainda — e na recuperação.

O meio rural, em geral, é muito atingido. Três quartos dos pobres no mundo estão no meio rural. Portanto, se não os tiramos da pobreza, fica um círculo vicioso que gera mais risco. Então, é muito importante também poder trabalhar na recuperação agrícola.

Finalmente, o (*ininteligível*) aceitou, embora, na verdade, como ele repassava recursos para a FAO, porque ele repassa recursos para organismos internacionais, a FAO já vinha utilizando esses recursos para fazer recuperação agrícola de fato, mas isso estava sendo questionado. Então, essa é uma boa notícia.

A outra coisa, Deputada — eu já tinha conversado isso com o Deputado Glauber Braga —, acho que precisaríamos de um envolvimento do BNDES. Acho que esta Casa é melhor do que ninguém para fazer isso, até porque nós, lá no Itamaraty, não tivemos sucesso. Um banco com as dimensões do BNDES, três vezes maior que o Banco Mundial, tem de estar envolvido desse debate. É o que o Ricardo dizia, quer dizer, um banco que financia obras de infraestrutura da envergadura que financia o BNDES...



E até faço aqui a provocação: quem sabe podemos fazer esse encontro dos Parlamentares latino-americanos destes países e de outros — porque todos têm interesse nesse tema — lá no Rio, na sede do BNDES!

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada.

Com a palavra Dr. Goro Yasuda.

O SR. GORO YASUDA - (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) Eu recebi uma pergunta, vou respondê-la.

Por parte da Defesa Civil contra desastres, há muitas leis no Japão. As leis fundamentais contra desastres regulam o que os Ministérios fazem e geram requisitos para os moradores obedecerem às ordens governamentais. Outra lei importante é a que trata das brigadas de incêndio. Ela determina o que a brigada deve fazer e coordena os cidadãos para lidar com situações de incêndios. Essa é uma lei feita para que o povo do Japão esteja preparado contra desastres. Há uma outra lei, a Lei de Defesa contra Inundações, que regula a defesa, as forças de defesa contra inundação. Na maioria dos casos, as brigadas de incêndio e a defesa de inundação atuam em conjunto. Muitas vezes, a mesma pessoa atua sob as duas leis.

É claro que, para a mitigação ou prevenção, há muitas leis, como a que eu expliquei hoje, outras leis de prevenção e também as leis dos rios, não apenas na parte de prevenção mas na parte de resposta. Então, há muitíssimas leis no Japão.

Eu tenho uma pergunta: se nós estamos enfatizando a prevenção ou a resposta. Nós achamos que a prevenção deve ter prioridade mais alta, porque, após um incidente, temos que gastar muito dinheiro na administração. Então, a prevenção vem primeiro, mas é claro que a resposta, a restauração e a recuperação também são importantes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, Dr. Goro.

Passamos a palavra ao Dr. Jeremy.

O SR. JEREMY COLLYMORE - (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*)
Obrigado, Presidenta.

Eu quero falar primeiro da legislação. Eu acho que é importante primeiro definir o que se quer que a legislação faça. No Caribe, o nosso primeiro esforço na



legislação de desastres institucionais enfocou a criação de um marco institucional para a preparação de resposta ao desastre. Essa foi a primeira legislação que não era dirigida por políticas. Mas, quando tentamos passar de um arranjo institucional, centrado na resposta para a gestão de risco, tivemos que revisitar a política, ligar com a política de gestão de desastres. Esse foi o primeiro passo.

Fizemos também algumas revisões internas da legislação existente e ficamos surpreendidos em ver a quantidade de instrumentos nos Estados lidando com essas questões. Então, em muitas instâncias, houve harmonização.

O terceiro elemento desse processo realmente envolveu a consulta a partes interessadas que seriam impactadas pela mudança da legislação para que entendessem muito bem as propostas e pudessem contribuir.

Isso está disponível. Nós temos informação não apenas do Caribe mas de outros países no mundo.

Eu gostaria de responder brevemente a pergunta do Capitão Luiz Pereira, eu acho, sobre a reconstrução e as contribuições externas. Eu vou voltar à crise de 2004, onde houve muita destruição, e falar do contexto da abordagem. Houve uma perda de mais de 200% do PIB. A recuperação e a reconstrução foram muito importantes. O Governo tomou a decisão de estabelecer uma agência. O desafio dessa decisão foi usar todos os recursos técnicos dos Ministérios. Então, a implementação ou a gestão da recomendação da reconstrução foi tirada dos atores regulares e franqueados alguns centros para a participação. Nós vimos outros países que estabelecem um escritório e uma coordenação dos recursos ao invés de afetarem a implementação.

O terceiro ponto levantado por uma das perguntas tem a ver com o que eu chamo apoio condicional para redução de riscos. Eu entendi, pela pergunta, que o apoio para a gestão de riscos por entidades internacionais deve ser dirigido por ações comprometidas.

Mas eu gostaria de dizer que o que nós percebemos é que há uma diferença entre a vontade e o bolso. Portanto, a maneira de manejar a vontade e a ação é importante para o processo e pode prejudicar os recursos, se não for bem gerida. Então, nós queremos criar todos os incentivos para os países agirem reduzindo



vulnerabilidades, mas não criar mecanismos prejudiciais ao *status* da disponibilidade dos recursos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada.

O próximo orador é o Sr. Andrew.

O SR. ANDREW SOBEY (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Bom, eu gostaria de voltar a essa discussão sobre estar preparados para emergências e se devemos focar em estar preparados ou em dar respostas.

Eu acho que há 10 anos os senhores não ouviriam nada sobre estar preparados para emergências em uma reunião destas. Isso é uma mudança de cultura, e uma mudança de cultura demora para se estabelecer. A divisão que eu represento ainda é chamada Divisão de Operações de Emergência. Nos últimos 2 anos, nós temos 3 organizações na nossa Divisão. Elas se constituem em estar preparados, dar resposta e fazer a transição entre um e outro.

A organização em si investe muitos dos seus recursos, quando possível, nos elementos de risco atuais. O programa geral da gripe aviária, por exemplo, é um programa de 300 milhões de dólares. Eu represento apenas uma pequena parte disso. Meu trabalho provavelmente é mais focado em dar respostas à emergência, mas na minha apresentação os senhores viram que eu falei em estar preparados para dar respostas.

A apresentação também foi sobre o trabalho de redução de riscos, sobre a parte mais abrangente de dar respostas. Cada evento de desastre nos dá a oportunidade de melhorar essas respostas. O meu trabalho se concentra bastante em enviar equipes a campo muito rapidamente, mas, em muitos países onde a gripe aviária existe hoje de forma endêmica, nós temos grandes programas em larga escala, e mais de 50% dos recursos estão sendo usados para estar preparados, não em dar respostas. As pessoas não respondem todos os dias da semana. Então, a maior parte do trabalho está focada em estarmos preparados. Eu acho que em qualquer programa que seja criado é sempre muito importante que a parte de estar preparados seja prioritária.

Nós ouvimos sobre os recursos emergenciais da ONU. A FAO está muito ligada a isso, mas mais ligada à preparação do que às respostas. A Organização é



predominantemente de trabalho normativo, lida com a parte técnica, comida e agricultura. Alguns anos atrás, nós éramos os novatos na cena. Nós estávamos muito focados na emergência, mas agora estamos com o foco mais voltado para a organização e em como desenvolver a nossa habilidade de estar preparados. Então, a Divisão de Emergências hoje em dia foca mais no estar preparados do que no dar respostas.

Mas pode-se levar mais tempo para conseguir os donativos e parceiros, construir uma estrutura e alocar os recursos. Eles não estão lá a todo momento, e essa é uma das coisas com as quais nós temos que lidar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada.

Antes de encerrarmos este seminário, o nosso Relator quer fazer as considerações finais e dar algumas explicações, inclusive sobre a nossa proposta de legislação.

Sei que o representante do Japão tem compromissos. Fique à vontade, se não tiver tempo suficiente para ficar até o final. Acho que encerraremos no horário que estava previsto. No máximo em mais 15 minutos encerraremos o nosso encontro.

Com a palavra o nosso Relator.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sra. Presidenta, vou procurar ser bem objetivo nas considerações.

Quero aproveitar este momento porque muitos dos senhores tiveram a oportunidade... Ontem, nós fizemos uma apresentação passando o relatório por tópicos. No mês de novembro, sempre é bom lembrar... Temos hoje audiência com outras pessoas que não participaram do encontro ontem. Durante todo o mês de novembro, vamos ter oportunidade de receber contribuições para alterações do texto, para que o relatório seja apreciado na primeira sessão de dezembro.

Eu vou começar falando de algo que eu não disse ontem, Ministro Rondó, que é sobre por que nós não conseguimos inicialmente avançar tanto no relatório apresentado, ou seja, das nossas dificuldades.



O relatório vai ter uma grande dificuldade, que tem relação direta com a pergunta de Tiago para o mestre Mena, em fazer uma alteração clara na causa do aumento dos desastres naturais, que tem relação com as mudanças climáticas.

Se, por um lado, nós procuramos trabalhar isso em alguns pontos, porque há uma relação entre tudo, por outro, nós não conseguimos, a partir do que temos como regulamento, daquilo que nós estamos propondo, fazer alterações tão significativas quanto nós gostaríamos, inclusive porque nós vamos precisar nos relacionar com outras Comissões da Casa e do Congresso Nacional que estão tratando do tema. Mas não digo isso como algo para nos desanimar, muito pelo contrário, e vou procurar demonstrar por que.

Outra dificuldade que eu vejo de antemão na disponibilização do relatório e outra causa do aumento de desastres é que ele não dá também a possibilidade de modificação, pelo menos frontal, de um sistema que vai concentrar riqueza e que vai fazer com que, no final das contas, determinadas comunidades possam passar a praticamente não existir e um grande número de pessoas se concentre nas áreas onde essa riqueza está concentrada.

Ontem, por exemplo, nós falávamos sobre a distribuição dos recursos advindos do petróleo e o que isso tem a ver com a redução de riscos de desastres. Na nossa concepção, tem tudo a ver, até porque nós vamos tratar de alteração climática e falar também de riqueza. Falando dos dois elementos, no final das contas falaremos da redução do risco de desastres, obviamente.

Mas em que eu considero que conseguimos avançar? No estatuto. Eu acho que esse avanço também acumula força para trabalharmos os outros temas que inicialmente não tenhamos conseguido atacar frontalmente, que são as alterações e uma participação mais efetiva do Brasil nas alterações climáticas e num sistema de distribuição de riquezas. Nós já fazemos isso quando tentamos não permitir a reconcentração, mas pretendemos atacar de forma mais frontal. E conseguimos acumular forças quando trazemos essa discussão para dentro do Governo brasileiro, do Parlamento e de todas as outras instituições que têm discutido o tema.

No relatório, basicamente, primeiro discutimos o financiamento. Falar em prioridade sem que possamos estabelecer claramente de onde vão sair os recursos e de que forma vão ser trabalhados... Eu tive a oportunidade de dizer isso ontem, e



repto: não quero dizer que, com isso, não vamos ter aqui a oportunidade e que precisamos sempre de bilhões para trabalhar a política de proteção. Não. Mas nós precisamos ter clareza sobre de onde os recursos podem sair e de que forma o Governo brasileiro pode se comportar nesse sentido.

Então, nós trabalhamos especificamente a questão do financiamento, propostas de alteração constitucional, criação de um fundo com caráter diferente do fundo atual, que seja basicamente... Claro que vamos trabalhar também a resposta e reconstrução, mas com forte impacto no aspecto preventivo. Essa foi a nossa ideia no momento em que trabalhamos a concepção do fundo. Nós estabelecemos um texto com conceitos básicos de proteção, de alteração. Nós sabemos que esse é um tema ainda polêmico e queremos sempre trazê-lo à discussão, mas com o tema de defesa civil, que passamos a chamar de proteção, num conceito que não seja só reativo e que possa popularizar o texto que nós disponibilizamos. Não adiantará a Câmara dos Deputados discutir, mesmo que recebamos as contribuições daqueles que já têm acúmulo de conhecimento na matéria ao longo de tempo e mesmo que possamos ouvir as comunidades já atingidas por desastres, se não tivermos a capacidade de, por meio do texto, sensibilizar principalmente aqueles que teoricamente se imaginam protegidos da incidência de um desastre. Então, estabelecemos uma parte do texto daquilo que estamos chamando de estatuto para que os temas relacionados à defesa e proteção possam ser popularizados. E estabelecemos os objetivos da política, e também as diretrizes; onde queremos chegar e de que forma podemos fazer isso.

Tivemos a oportunidade de ouvir algumas comunidades atingidas — e queremos ouvir mais — e de fazer uma avaliação dos projetos sobre o tema que tramitam na Câmara e também no Senado. Nós nos articulamos com o Senado Federal e com o Governo Federal e, na última reunião que tivemos — não é Presidenta? — com o Vice-Presidente da República, então Presidente em exercício, Michel Temer, disse-nos S.Exa. que o grupo de trabalho que se reuniu no Governo Federal para tratar da prevenção e da redução de riscos de desastres teoricamente já havia dado a sua contribuição com a medida provisória encaminhada à Casa. E, inclusive, apoiou a iniciativa de um estatuto que tratasse da questão. Ou seja, o Governo Federal também apoia essa iniciativa.



Tivemos ainda a oportunidade de viajar, de conhecer outras experiências nacionais e também internacionais na área e tivemos a oportunidade de incorporar boas contribuições colocadas à nossa disposição por intermédio da 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil. Nós avaliamos — e está aqui a nossa amiga Roseli — item por item, as 104 diretrizes da 1ª Conferência, para ver quais poderiam ser incorporadas, por uma iniciativa do Legislativo, ao texto do Estatuto de Proteção Civil. Dividimos responsabilidades no sistema, mas com uma preocupação: a de não atingirmos o pacto federativo e, assim, o texto ser acusado de constitucional.

Então, procuramos estabelecer também um sistema de compensação para os Municípios que investissem mais pesadamente em sistema de prevenção, defesa e proteção civil, inclusive, de acesso ao fundo, com a garantia de que aqueles que tiverem suas Secretarias, ou seus órgãos locais de defesa civil, seus conselhos e também seus fundos, vão ter mais facilidade e preferência no acesso aos recursos.

Tivemos a oportunidade de discutir os mecanismos de calamidade pública e também de situação de emergência, com preocupação específica com aqueles Municípios e Estados que já tiveram seu reconhecimento na agilidade da liberação de recursos e, ao mesmo tempo, na garantia da transparência na forma de aplicação, e estabelecemos mecanismos claros a respeito disso.

Tivemos ainda a oportunidade de tratar de um sistema de informação. Porque, se quisermos ter um sistema de proteção civil azeitado, temos de trabalhar o tema da informação, da interlocução, da articulação entre os agentes, e também da informação e do acúmulo que temos no Brasil em relação aos desastres. Afinal, é fato que avançamos nos últimos anos, mas precisamos aprofundar muito esse avanço. E não tenho dúvida de que os países aqui representados podem nos auxiliar e nos assessorar demais nessa questão.

E, para encerrar, quero dizer que considero que a grande contribuição que poderemos dar com a apresentação desse texto — e, aí, com a contribuição da Presidenta, a Deputada Perpétua Almeida; com a minha, na condição de Relator; dos Deputados que compõem a Comissão, e do Congresso, mas, especialmente, com a de todos aqueles que possam contribuir — é fazer uma mudança de paradigma no que diz respeito à política de proteção: que possamos valorizar a defesa civil nos Municípios, que possamos valorizar a defesa civil nos Estados.



E, quando falamos em valorizar e trazemos o tema relativo à proteção, é exatamente para que mais responsabilidades possam ser dadas à Defesa Civil, inclusive no planejamento das ações de prevenção, mas que não seja, de forma alguma, o desmerecimento daquilo que já foi acumulado ao longo dos anos. Pelo contrário, o que queremos é fortalecer esse conceito de que quem trabalha na gestão do risco de desastre precisa trabalhar em todas as etapas: na resposta, na reconstrução, na preparação e, principalmente, na prevenção. E é por esse motivo que pretendemos — e essa é a contribuição que podemos dar neste momento — transformar em referencial a mudança do sistema brasileiro de reativo para, principalmente, preventivo, com a formatação de uma política que não seja só de Governo, mas de Estado, que possa se fortalecer ao longo dos anos.

Já recebemos aqui várias contribuições, várias perguntas e sugestões, e vou procurar analisar cada uma delas. E, mais uma vez, falo do e-Democracia e do site www.glauberbraga.com.br, para que as sugestões possam ser feitas e, assim, possamos construir um texto conjunto, com a participação de cada um e cada uma que possa contribuir.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, nobre Relator, Deputado Glauber Braga.

Lembro aos colegas que, quando fomos a Pernambuco, o Governador de Eduardo Campos nos disse que a legislação brasileira sobre defesa civil hoje não ajuda a salvar vidas. E fomos acompanhando essa situação.

Nesta Comissão, recebemos Prefeitos de Santa Catarina e os acompanhamos a reuniões nos Ministérios, principalmente no Ministério de Integração e na Casa Civil. Constatei, então, o desespero da maioria dos Prefeitos, porque o recurso não chegava à ponta, não chegava até eles. E alguns, quando o recurso chegava, não conseguiam traduzi-lo em benefícios. A burocracia era tanta, que era difícil comprar até água mineral.

Por outro lado, estamos acompanhando também os acontecimentos nas Prefeituras das regiões serranas e vendo Prefeitos serem afastados do cargo em razão de mau uso dos recursos para a reconstrução das cidades. Então, é um problema da nossa legislação, mas também da forma de usar os recursos.



Daí o desafio desta Comissão de apresentar uma proposta ao Brasil que seja fruto da oitiva do máximo de companheiros possíveis sobre como prevenir, como reconstruir e como fazer com que os recursos cheguem às pessoas.

Ontem, ouvimos um depoimento muito emocionado da nossa colega de Santa Catarina Tatiana sobre o aluguel social, as cabanas reservadas para as pessoas morarem temporariamente e que viram moradias eternas. Não pode ser dessa forma! Então, é um desafio para o Brasil também aprender como superar esses desafios. E fazer isso acontecer é a nossa responsabilidade aqui.

Nós vamos ter uma conversa com o Presidente da Câmara, primeiro, para entregar a S.Exa. a proposta de um Código de Proteção Civil, uma proposta que represente o início de um marco regulatório da defesa civil do Brasil — e convidamos os colegas para irem conosco. Em segundo lugar, vamos discutir com o Presidente da Câmara a necessidade de uma Comissão Permanente de Proteção Civil no Congresso Nacional, ou, caso não seja possível a criação de uma Comissão específica, de que esse tema seja agregado a uma outra Comissão, na qual se faça esse debate de forma permanente, porque o Brasil precisa ter essa cultura da prevenção. Precisamos fazer essa discussão no dia a dia.

Acho interessante a proposta de realizarmos um encontro sobre o tema com Parlamentares, com legisladores. Vamos amadurecer a ideia e discutir isso também com o Presidente da Casa.

Para concluir, agradeço a todos a presença. Não tenho dúvida de que os senhores vão nos ajudar muito com suas contribuições. Agradeço de modo especial aos nossos convidados e coloco a nossa Comissão à disposição de todos.

Muito obrigada a todos que se deslocaram até aqui para participar deste encontro, sobretudo os representantes de outros países que vieram dar sua contribuição, passar sua experiência para o Brasil.

A Câmara, por intermédio desta Comissão, neste momento, está sendo vitoriosa, porque este é o primeiro debate que acontece oficialmente no Congresso Nacional sobre o tema. Ainda estamos patinando, mas estamos aprendendo. E acreditamos que a Casa vai se sair muito bem nessa discussão, se fizer uma proposta legislativa que possa ajudar o Brasil.

Muito obrigada e bom retorno a todos. (*Palmas.*)